



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

1

Em 02/05/01  
Assessoria de Planície

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA**

**ATA DA 33ª  
(TRIGÉSIMA TERCEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM  
COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROCESSO  
DE CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE  
METROVIÁRIO,**

**EM 26 DE ABRIL DE 2001.**

**SÚMULA**

**PRESIDÊNCIA:** Deputada Lúcia Carvalho.

**SECRETARIA:** Deputado Paulo Tadeu.

**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

**INÍCIO:** 15 horas e 43 minutos.

**TÉRMINO:** 18 horas e 21 minutos,



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

**PRESENÇA:** Compareceram os seguintes deputados:

- Aginaldo de Jesus (PFL)
- Alírio Neto (PPS)
- Anilcéia Machado (PSDB)
- Benício Tavares (PTB)
- César Lacerda (PTB)
- Chico Floresta (PT)
- Edimar Pireneus (PMDB)
- João de Deus (PDT)
- João Carlos (PMDB)
- Jorge Cauhy (PMDB)
- José Edmar (PMDB)
- Lúcia Carvalho (PT)
- Maninha (PT)
- Nijed Zakhour (PMDB)
- Paulo Tadeu (PT)
- Rajão (PMDB)
- Renato Rainha (PL)
- Rodrigo Rollemberg (PSB)
- Tatico (PSC)
- Wasny de Roure (PT)
- Wilson Lima (PSD)
- Xavier (PSD)
- Gim (PMDB)

## 1 - ABERTURA

**Presidente (Deputada Lúcia Carvalho):**

- Está aberta a sessão.  
Sob a **proteção** de Deus, são iniciados os trabalhos.

### 1.1 - LEITURA DAS ATAS

- São lidas e aprovadas, sem observações, as Atas das 21<sup>a</sup> e 22<sup>a</sup> Sessões Extraordinárias.



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

## **2 - COMISSÃO GERAL**

### **2.1 - COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA**

- Informa que, de acordo com o Requerimento nº 1.604/2001, de autoria de vários deputados, a sessão ordinária será transformada em Comissão Geral para discutir o processo de concessão do Serviço de Transporte Metroviário.

### **2.2 - COMPOSIÇÃO DA MESA**

- **LÍDER DO PT, PRESIDENTE DA SESSÃO E CO-AUTORA DO REQUERIMENTO**, Deputada Lúcia Carvalho.
- **PRESIDENTE DO SINDICATO DOS METROVIARIOS DO RIO DE JANEIRO**, Evandro Lima.
- **VICE-PRESIDENTE DO SINDICATO DOS METROVIARIOS DO RIO GRANDE DO SUL**, Gilson da Silva.
- **SECRETÁRIO-GERAL DO SINDICATO DOS METROVIARIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, Cirano Lopes de Oliveira.
- **SECRETÁRIO-GERAL DO SINDICATO DOS METROVIARIOS DE BELO HORIZONTE**, Raimundo Bartolomeu G. França.
- **COORDENADOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS DO SINDICATO DOS METROVIARIOS DO DISTRITO FEDERAL**, Crístiomário Sousa Medeiros.
- **AGENTE DE ESTAÇÃO DO METRO DO DISTRITO FEDERAL**, Tânia Aparecida Viana.



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

## 2.3 - PRONUNCIAMENTOS

**DEPUTADA LÚCIA CARVALHO**, líder do PT, presidente da sessão e co-autora do requerimento.

- **Justifica** a realização do debate de hoje: o Executivo apresentou um projeto de lei que delega os serviços do Metrô/DF a pessoas jurídicas, e a entidade representativa dos empregados solicitou a discussão do assunto com os parlamentares.

- **Parabeniza** os trabalhadores do Metrô/DF pela paralisação em defesa de seus direitos.

**EVANDRO LIMA**, presidente do Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro.

- **Sintetiza** o processo de privatização do metro do Rio de Janeiro.

- **Questiona** o contrato firmado entre o Governo do RJ e a concessionária dos serviços: o Estado é responsável pelo investimento e a concessionária pela operação, manutenção do sistema e receita.

- **Informa** ter ocorrido a demissão em massa de trabalhadores e a redução dos períodos de treinamento.

- **Compara** os dados: cinco acidentes graves ocorridos após a privatização contra nenhum em 19 anos em que o serviço era estatizado.

- **Afirma** que o sistema metroviário deixou de ter cunho social: a empresa visa apenas ao lucro e **pode**, contratualmente, fechar as estações que dêem prejuízo.

- **Comemora** a aprovação de uma CPI para apurar o processo de privatização de empresas estatais em seu estado.



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

- Comenta o acidente ocorrido no metro do Rio de Janeiro na semana passada e discorda da causa alegada pela empresa.
- Conclui que o processo de privatização de estatais implica massacre dos trabalhadores, queda na qualidade dos serviços e exige subsídios e investimentos dos estados.

**RAIMUNDO BARTOLOMEU FRANÇA**, secretário-geral do Sindicato dos Metroviários de Belo Horizonte.

- Demonstra surpresa com a proposta de privatização do serviço metroviário do DF logo após sua inauguração.
- Esclarece que, em Belo Horizonte, Recife e Rio Grande do Sul, o serviço é ligado ao Governo Federal e há um processo de transferência aos estados.
- Explica que, em Belo Horizonte, existe um sistema tripartido dos serviços: 55% é de responsabilidade do Estado, 35% da capital e 10% do município de Contagem.
- Frisa que o índice de acidentes nas empresas ligadas ao Governo Federal é menor do que nas privatizadas.
- Condena a transferência do sistema para os Estados porque pode acarretar a privatização dos serviços e, em consequência, a demissão de trabalhadores, a queda da qualidade e o aumento das passagens.
- Propõe a realização de audiências públicas sobre o tema.
- **Solidariza-se** com os companheiros do DF pela greve em defesa de seus empregos e da qualidade dos serviços.



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

**GILSON DA SILVA**, vice-presidente do Sindicato dos Metroviários do Rio Grande do Sul.

- Ressalta a importância da maturidade dos metroviários de Brasília demonstrada com a paralisação da categoria.

- Critica a política adotada pelo Governo Federal de privatização dos serviços públicos de saúde, saneamento básico e ferrovias, dentre outros.

- Salaria que a política de desmonte do serviço público favorece a concentração de riqueza e a proliferação da pobreza.

- Destaca que é preciso organizar os trabalhadores para articular a luta, a fim de construir projetos alternativos à privatização.

- Menciona que o ex-Governador António Brito pretendia conceder a exploração do metro do Rio Grande do Sul à iniciativa privada caso ganhasse as eleições em 1998.

- Frisa que a mobilização dos trabalhadores de seu Estado garantiu a construção de uma proposta que divide a responsabilidade entre os poderes federal, estadual e municipal.

- Comunica que 18 de maio será o dia nacional de paralisação dos metroviários do País contra a política de desmonte do patrimônio público.



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

**CRISTIOMÁRIO SOUSA MEDEIROS**, coordenador de assuntos jurídicos do Sindicato dos Metroviários do Distrito Federal.

- Ressalta a necessidade de defender o patrimônio público.
- Solicita que o projeto de lei do Poder Executivo local que trata da concessão do metro à iniciativa privada não seja votado antes que interessados dêem sua opinião.
- Esclarece que a atitude do GDF de privatizar o serviço de transporte metroviário causará alguns riscos à população: aumento de acidentes, aumento de preços e demissão de trabalhadores.
- Destaca a iniciativa dos autores do requerimento para a realização deste debate.

**TÂNIA APARECIDA VIANA**, agente de estação do Metro do Distrito Federal.

- Agradece a participação dos presentes nesta Comissão Geral em defesa do patrimônio público.

**DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT)**

- Comenta que a ideia desta Comissão Geral agregou os partidos de Oposição.
- Observa que uma análise do metro do DF deve levar em conta outros meios de transporte.
- Considera que a audiência pública para tratar do metro tinha as cartas marcadas.
- Refere-se a quatro pontos: quem será o responsável pela expansão do metro; a questão da periodicidade dos reajustes; o controle da lucratividade média; a mobilização para garantir o transporte da população e não construir o endividamento do Estado.



**CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL**

**DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)**

- Lamenta a ausência de parlamentares à Comissão Geral.
- Menciona que sempre defendeu a construção do metro como meio eficiente de transporte.
- Repudia a forma pela qual o Governador Roriz trata o património público.
- Comenta que, nos Estados onde ocorreu a privatização do sistema metroviário, houve perda da qualidade do serviço prestado ao público.
- Julga o sistema metroviário um instrumento eficaz do Estado para evitar o monopólio do transporte coletivo.
- Propõe que sejam ouvidos o Núcleo de Estudos da UnB, dirigentes sindicais e consultores.

**DEPUTADA MANINHA (PT)**

- Lamenta que só estejam em plenário deputados da Oposição.
- Considera que a privatização decorre da política neoliberal do FMI.
- Afirma que a Comissão de Ética deve investigar o processo de corrupção nesta Casa.
- Lembra que a CLDF deu grande poder ao Executivo e que o resultado das votações reflete a posição da maioria.
- Enumera casos de insatisfação da população quanto à queda de serviços após a privatização de empresas dos setores de eletricidade e comunicações e quanto à corrupção de políticos.
- Presta solidariedade aos trabalhadores e defende um futuro socialista para o País.



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

**DEPUTADO PAULO TADEU (PT)**

- Aponta falhas nas respostas técnicas do GDF à pergunta "a quem interessa privatizar o metrô".
- Rebate as justificativas para a **privatização**: a continuidade ao protocolo assinado pelo governo passado; redução de despesas com pessoal e manutenção.
- Compara essas justificativas com as promessas de campanha do candidato Roriz.
- Critica o debate realizado nesta Casa por contar com a presença apenas de representantes da Fundação Getúlio Vargas e de diretores do Metro.
- Considera a privatização uma decisão política ligada a uma orientação internacional.
- Aposta que o Metro será "doador" a empresários como Wagner Canhedo ou Valmir Amaral.
- Conclama os trabalhadores a continuarem firmes em sua resistência ao crime contra a população do DF.

**DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT)**

- Acredita que o processo de privatização das empresas do DF é apenas uma ponta do *iceberg* que objetiva o desmonte do serviço público no Brasil
- Atribui ao neoliberalismo a falta de compromisso do Governo com a **sociedade**, o aumento da miséria e o reaparecimento de **epidemias** antes erradicadas.
- Estima que, em consequência da política adotada pelo Governo **brasileiro**, muitos brasileiros estão fora do mercado, vivem em condições desumanas e não dispõem de saneamento básico.



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

- Assevera que a luta contra a privatização do Metro do DF, além de garantir o emprego, visa a defender os interesses coletivos do povo.

- **Condena** a transformação da água de bem natural em mercadoria, custando, algumas vezes, mais do que a gasolina.

- Concorda com o Deputado Paulo Tadeu: a privatização do metro do DF neste momento é imoral e atenta contra a inteligência do brasiliense.

- Adverte que a iniciativa privada só se interessa por empresas que dão lucro.

- **Cumprimenta** os trabalhadores do Sindimetrô e os catalisadores de um processo de combate às políticas neoliberais.

#### **DEPUTADO RENATO RAINHA (PL)**

- Manifesta seu voto contrário ao projeto do Executivo e afirma que a população do DF será a mais prejudicada com a sua aprovação.

- Lê um parágrafo de um artigo do Projeto de Lei nº 1.968/2001, de autoria do Executivo local.

- Assegura que a rejeição do projeto nesta Casa dependerá da mobilização popular.

- Acusa os deputados governistas de aprovarem projetos do Executivo sem lê-los.

- Questiona se grupos económicos aceitariam a concessão do metro caso desse prejuízo.

- Analisa a argumentação do GDF em prol da privatização do setor.



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

-Aponta incoerências na proposta do Governo local: o projeto prevê redução de gastos com pessoal e sugere a abertura de novos postos de trabalho.

- Elogia a força da imprensa: a **pressão** por vários dias foi determinante na votação do recurso ao requerimento para apurar denúncias contra parlamentares desta Casa.

**GESIMAR ROSA DOS SANTOS**, representante do Fórum em Defesa das Estatais e diretor do Sindágua-DF.

- Reitera a necessidade de o Fórum ser competente, de informar os usuários e de defender os direitos da sociedade contra as propostas do GDF de privatizar o metro, a Caesb, a CEB e o BRB.

- Lembra que a população pagará duplamente: os custos de investimentos e os de subsídios às empresas.

- O Fórum recomenda a manifestação preventiva contra previsível plano de demissão do Governo Roriz.

**OSMILDO FRANCISCO DE SOUZA**, Agente de Segurança do Metrô-DF.

- Denuncia falhas nos procedimentos: pessoas assumem funções com apenas uma semana de treinamento e vigilantes desempenham o papel de agentes de segurança.



**CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL**

**DEPUTADA LÚCIA CARVALHO**, líder do PT, presidente da sessão e co-autora do requerimento.

- Destaca a falta de vias de acesso às estações do metro, o que comprova falhas na segurança do sistema.

- Declara que a bancada do PT votará contra o projeto do Executivo.

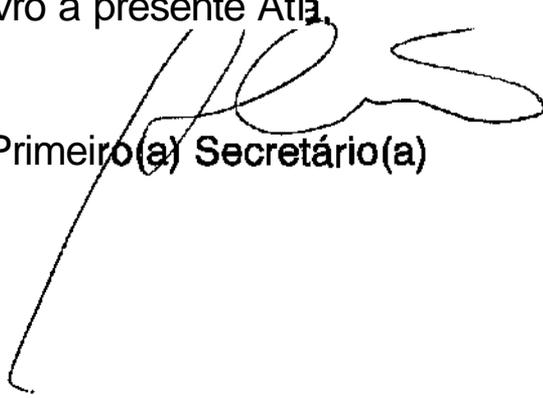
- **Agradece** aos presentes a participação e coloca seu gabinete à disposição para denúncias e sugestões.

**3 - ENCERRAMENTO**

**Presidente (Deputada Lúcia Carvalho):**

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

  
Primeiro(a) Secretário(a)



**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA**

**33ª  
SESSÃO ORDINÁRIA,**

**EM 26 DE ABRIL DE 2001.**



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	1

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em instantes, esta Presidência transformará a sessão ordinária em Comissão Geral para debater a situação dos metroviários do Distrito Federal.

Desde já registro a presença de centenas de trabalhadores metroviários e dos líderes representantes dos Estados nos quais ocorreu o processo de privatização e terceirização.

Esta Presidência, em nome dos Parlamentares desta Casa, saúda os trabalhadores metroviários.

Convoco os Parlamentares presentes nesta Casa para darmos início à Comissão Geral.

Solicito aos trabalhadores e aos representantes dos sindicatos dos metroviários que indiquem representantes para que façam intervenções e participem dos debates que ocorrerá em Plenário. Primeiramente teremos a exposição da matéria e, em seguida, os debates.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Leitura de Atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das Atas das sessões anteriores.

São lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 21ª Sessão Extraordinária, em 25 de abril de 2001;



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	2

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

- Ata da 22ª Sessão Extraordinária, em 25 de abril de 2001.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	3 ORDINÁRIA/COM. GERAL	3

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Não há Expediente sobre a mesa.

Antes de convocarmos a Comissão Geral, faremos uma chamada nominal dos Srs. Parlamentares para que todos possam prestigiar os debates, antes de formarmos a Mesa.

Convido o Deputado Paulo Tadeu a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*,

(Procede-se à verificação de quorum.)



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	4

Taquígrafo(o)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Estão presentes 7 Deputados, havendo, portanto, *quorum regimental* para a realização dos debates.

Agradeço as presenças dos seguintes Deputados: César Lacerda, Paulo Tadeu, Lúcia Carvalho, Wasny de Roure, Renato Rainha, Aguinaldo de Jesus e Alírio Neto.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Paulo Tadeu, que faça nova verificação de *quorum*, citando apenas os nomes dos Deputados ausentes, pois é interessante que o debate seja feito com todos os Parlamentares presentes à Casa, para que os Líderes daqui e de outros Estados possam ouvir os membros do Governo, se aqui estiverem - nós os convidamos - e representantes da categoria, no Distrito Federal, que logo estarão adentrando o plenário, assim que esta sessão ordinária for transformada em Comissão Geral para debater qual a situação do processo de concessão dos serviços metroviários.

Neste momento, o Deputado Wilson Lima está adentrando o plenário e desde já lhe agradecemos, desejando, se possível, a sua participação no debate.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, comunico a esta Casa que o dia de hoje é dedicado à



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	5

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

mulher guerreira. Tivemos até mártires com esse título na Igreja Católica, e não foi apenas uma só. Santa Rita de Cássia foi uma mártir da igreja porque sofreu atrocidades.

Neste momento, cumprimento V.Exas., Deputada Lúcia Carvalho e Deputada Maninha, de todo o **coração**, por serem mulheres guerreiras, que dedicam a sua vida ao bem-estar da comunidade e do povo, com sacrifício até da própria família. Por isso, hoje, V.Exa., Deputada Lúcia Carvalho, é a minha homenageada.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda, mais uma vez, à chamada nominal dos Deputados para **verificação de quorum**, a fim de transformarmos esta sessão em Comissão Geral para que, então, possam ser chamados a participar do debate os representantes das diversas cidades do Brasil que estão vivendo o problema que vamos discutir daqui a alguns instantes.

(Procede-se à verificação de **quorum**.)

6

- Ordinária
- Extraordinária

CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

**ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO- ASSP**

Data: 26/06 2001  
Horário: J 5 : 43

**VERIFICAÇÃO DE QUORUM/2001-2002**

NOME DO PARLAMENTAR	LICENCIADO	P	A
AGUINALDO DE JESUS - PFL		X	W
ALÍRIO NETO - PPS		X	
ANILCÉIA MACHADO - PSDB			X
BENÍCIO TAVARES - PTB			X
CÉSAR LACERDA - PTB		X	X
CHICO FLORESTA - PT			X
EDIMAR PIRENEUS - PMDB			X
JOÃO CARLOS - PMDB			V
JOÃO DE DEUS - PDT			X
JORGE CAUHY - PMDB			X
JOSÉ EDMAR - PMDB			X
JOSÉ RAJÃO - PMDB			X
JOSÉ TATICO - PSC			X
LÚCIA CARVALHO - PT		X	X
MANINHA - PT			X
NIJED ZAKHOUR - PMDB			X
PAULO TADEU - PT		X	
RENATO RAINHA - PL		V	
RODRIGO ROLLEMBERG- PSB			X
SILVIO LINHARES - PMDB			X
XAVIER - PSD			X
WASNY DE ROURE - PT		X	
WILSON LIMA - PSD		X	X
GIM ARGELLO - PMDB			X
TOTAL		08	16

  
**SECRETÁRIO**



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	6

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Estão presentes 8 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Temos 8 Parlamentares presentes, que é um número significativo e representa vários partidos.

(A sessão transforma-se em Comissão Geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Esta sessão ordinária se transforma em Comissão Geral em função da aprovação de requerimento de autoria dos Sr. Deputados Alírio Neto, do PPS; Lúcia Carvalho, Maninha, Paulo Tadeu, Chico Floresta e Wasny de Roure, do PT; Renato Rainha, do PL; e Rodrigo Rollemberg, do PSB. A presente Comissão Geral destina-se a debater a situação e o processo de concessão dos serviços metroviários.

Os Deputados que assinaram o requerimento de convocação desta comissão atenderam a uma solicitação das lideranças do transporte metroviário do Distrito Federal.

Neste momento, faremos um intervalo de cinco minutos para procedermos à composição da Mesa e permitirmos que as lideranças possam adentrar o plenário.

(Suspensa às 15h56min, a sessão é reaberta às 16h08min.)

MESTRE-DE-CERIMÔNIA - Senhoras e senhores, boa tarde. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

Conforme o Requerimento nº 1.604, de 2001, de autoria dos Deputados Alírio Neto, Lúcia Carvalho, Paulo Tadeu, Renato Rainha, Chico Floresta, Maninha, Rodrigo Rollemberg e Wasny de Roure, a sessão

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	7

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

ordinária de hoje é transformada em Comissão Geral para discutir o processo de concessão do serviço de transporte metroviário.

Convidamos para compor a Mesa desta Comissão Geral as seguintes autoridades: a Exma. Sra. Presidente desta Comissão Geral, Deputada Lúcia Carvalho; o Sr. Presidente do Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro, Evandro Lima; o Sr. Vice-Presidente do Sindicato dos Metroviários do Rio Grande do Sul, Gilson da Silva; o Sr. Secretário-Geral do Sindicato dos Metroviários de Pernambuco, Cirano Lopes de Oliveira; o Sr. Secretário-Geral do Sindicato dos Metroviários de Belo Horizonte, Raimundo Bartolomeu G. França; o Sr. Coordenador de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Metroviários do Distrito Federal, Cristionário de Sousa Medeiros; e a agente de estação do metro do Distrito Federal, Tânia Aparecida Viana.

Com a palavra para a abertura oficial e condução dos trabalhos desta Comissão Geral, a Exma. Sra. Deputada Lúcia Carvalho.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Boa-tarde a todos os membros da Mesa, aos representantes dos metroviários de outros Estados, aos Deputados Paulo Tadeu, Wasny de Roure, Wilson Lima, Aguinaldo de Jesus, Alírio Neto, César Lacerda e demais Deputados presentes. Nós planejamos a realização desta Comissão Geral a partir de uma solicitação da entidade que congrega os metroviários do Distrito Federal e também em função de uma alteração da lei que trata da implementação do sistema metroviário no Distrito Federal, que chegou ao conhecimento desta Casa. Essa alteração diz que o metro do Distrito

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	9 ORDINÁRIA/COM. GERAL	8

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Federal poderá **delegar** à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas que demonstrem capacidade de **desempenho**, os **serviços metroviários** e rodoviários de passageiros em sua área de influência, mediante licitação na modalidade de **concorrência**, por meio de concessão pelo prazo de vinte e cinco anos, obedecidas as condições regulamentares necessárias à prestação adequada do serviço. Não especifica no projeto quais seriam essas condições regulamentares. O § 6º da Lei diz: os bens necessários à operação dos sistemas mencionados no parágrafo anterior deverão ser incorporados ao patrimônio do metro do Distrito Federal. Não diz por quem e nem como. Todos nós entendemos ser isso um cheque em branco para que o Governo **possa**, no momento em que quiser, da forma como quiser, nas condições e no preço que **quiser**, entregar um patrimônio que já custou a todos os trabalhadores do Distrito Federal mais de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).

Essa é a situação que será debatida com seriedade pelos trabalhadores, Deputados e representantes de outros Estados. **Inclusive**, convidamos alguns representantes do Governo, porém, esta Casa - talvez na tentativa de embotar o debate de hoje - promoveu um debate muito resumido na segunda-feira, quando compareceram apenas representantes do Governo. Acabou não acontecendo um debate efetivo sobre o metro. Talvez tenha sido uma forma de minar o encontro.

Quero saudar vocês pela paralisação de hoje na luta pelos direitos, mostrando a cidadania que vocês exercem hoje em nossa cidade. Parabéns por ocuparem a Casa do povo e terem vez e voz na tarde de hoje.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	10 ORDINÁRIA/COM. GERAL	9

Taquigrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

Proporei como técnica de apresentação os membros da Mesa, entremeados pelos Parlamentares.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de saudar todos os metroviários e as lideranças de várias empresas de metro das cidades brasileiras.

Eu gostaria, também, de registrar a presença do vereador da cidade de Valparaíso, companheiro Arquicelso Bites Leão Leite, que está aqui para acompanhar, senão todo o debate sobre o metro, pelo menos parte dele.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Arquicelso, seja bem-vindo a esta Casa. Caso queira fazer alguma intervenção, teremos o momento oportuno.

O primeiro a fazer uso da palavra é o Sr. Evandro Lima, representante do Sindimetrô do Rio de Janeiro. O metro daquela cidade já está em processo de privatização. O que ele relatar para todos nós será registrado em ata a fim de que façamos um documento que será enviado aos órgãos de comunicação, assim como aos sindicatos e aos presentes, para que todo o Distrito Federal possa debater sobre esse assunto.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	10

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

SR. EVANDRO LIMA - Boa-tarde a todos. Meu nome é Evandro Lima. Sou Dirigente Sindical do Metro do Rio de Janeiro. Venho trazer a todos informações muito perturbadoras sobre o que ocorreu no Rio de Janeiro, visto que este é um momento extremamente importante. Vocês que estão presentes na galeria deram um passo significativo, ao darem um bofetão no Governo do Estado, paralisando as suas atividades.

O Governo Marcelo Alencar tinha o controle da **Assembléia** Legislativa. Dos 70 Deputados que compunham a **Assembléia**, perto de 53 ou 54 estavam do lado do Governador. Portanto, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro deu um cheque em branco para o Governo do Estado privatizar o que quisesse. (Da mesma forma como estão tentando fazer aqui.)

Com essa carta nas mãos, ele criou o Programa Estadual de Desestatização, o chamado PED. Com esse PED, o Governo fez modelagem em várias empresas. Já na modelagem houve um problema, porque as empresas foram contratadas sem licitação. Quem ganhou a modelagem do Rio de Janeiro foi uma empresa chamada Engevix. Ela ganhou U\$5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) para fazer a modelagem. Fez a modelagem e apresentou uma proposta de privatização que tinha como parâmetro o metro de Buenos Aires, na Argentina.

Na Argentina, no processo de privatização, o Estado deu um subsídio de U\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares). A empresa que ganhou o sistema concessionário naquele país era chamada **Cometrans** - lá, o metro é chamado metrovias. Essa mesma empresa se



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	12 ORDINÁRIA/COM. GERAL	11

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

associou ao Banco *Oportunity*, de capital nacional - vocês conhecem o *Oportunity*, de Daniel Dantas e Pérsio Aridas, ligado ao Governo Federal, não é? -, criaram um consórcio em que 60% era do Banco *Oportunity* e 40% da Cometrans argentina, e ganharam a concessão do sistema metroviário.

O sistema metroviário do Rio de Janeiro custou perto de 7,2 bilhões de reais. Ele foi concedido durante vinte anos por R\$ 291.000.000,00 (duzentos e noventa e um milhões de reais). Ou seja, 30% foi pago com moeda podre de entrada. Na época, a moeda tinha valor de face de 55%. Na verdade, em vez de se pagar 90 milhões, pagou-se cinquenta e poucos milhões. Mesmo assim, houve o financiamento do dinheiro público para se pagar essa entrada. O restante ficou definido para ser pago no decorrer dos vinte primeiros anos.

Havia alguns itens no contrato que eram extremamente draconianos. O contrato era muito bom para a concessionária, ou seja, o Estado ficava responsável por todos os investimentos: compra de novos trens, construção de novas estações, compra de equipamentos de sinalização e de teletransmissão; enfim, todo investimento era obrigação do Estado. A concessionária só tinha a obrigação de operar o sistema, fazer sua manutenção e arrecadar receita. Mais ou menos dez meses antes da privatização, a passagem do metrô do Rio de Janeiro, que custava R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos) - mais barato que a passagem de ônibus, que custava R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) -, foi elevada novamente, passando a custar R\$ 1,00 (um real) quando o metro foi privatizado. O

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	17 ORDINÁRIA/COM. GERAL	12

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

contrato prevê um reajuste anual pelo IGPM, que este ano foi de 9,9%. Hoje, o metro do Rio de Janeiro custa R\$ 1,30 (um real e trinta centavos).

Como o Estado tinha a obrigação de fazer os investimentos, ele inaugurou seis novas estações na linha 2 e uma estação nova na linha 1, ao custo de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais). Com essa implementação de construção de novas estações, o número de usuários/dia passou de trezentos mil para quatrocentos e dez mil pagantes. Hoje, a receita da empresa gira em torno de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) por mês. Multipliquem isso por doze e vocês saberão quanto a empresa tem de receita anual. O que a empresa fez? Por meio de um processo chamado "sucessão trabalhista", a empresa escolhia quem queria para trabalhar e o resto deixava para o Estado, que foram 80% dos pilotos e mais ou menos a metade da manutenção. Todos que trabalhavam em linha, chamados agentes de operação, foram demitidos, 40% do efetivo de segurança e engenheiros. Por força contratual, tinha de se manter um quadro de técnicos com experiência na área operacional de vinte e cinco pessoas. Então, a empresa escolheu do pessoal de controle operacional perto de dezoito pessoas e, dos duzentos engenheiros, só escolheu oito. Todas as pessoas que prestavam um serviço imprescindível à companhia achavam que iam permanecer na empresa, mas não foi o que aconteceu. O restante ficou no Estado, que acabou demitindo 1.200 empregados. Os demais que tinham algum arranjo político ficaram no Estado e foram cedidos para trabalhar em secretarias de Estado. Hoje, ficaram duas empresas: a empresa estatal, que possui cerca de setecentos empregados com a função



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	13

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

de fiscalizar o consórcio, as obras, construir novas estações e planejar novos investimentos. Esse pessoal da empresa estatal continua na Companhia Metropolitana. A Companhia Oportrans, que se chamou Oportrans Concessão Metroviária, absorveu 572 pessoas. Após três anos, ela possui 200 pessoas em média. Contratou no mercado todos os demais trabalhadores com um salário muito baixo, pagando a metade do que pagavam anteriormente. Como ela tinha pressa, reduziu o treinamento pela metade. Quem pagou por isso? O usuário, pois nesses três anos de privatização já houve cinco graves acidentes no sistema metroviário do Rio de Janeiro. Durante dezenove anos de operação comercial, na época da estatal, não ocorreu nenhum acidente que envolvesse vítima ou coisa parecida.

O principal de tudo, que irá acontecer em Brasília, é que o metro do Rio de Janeiro deixou de ser uma empresa que tem cunho social. O metro do Rio de Janeiro é uma empresa que apenas visa à lucratividade. Para vocês terem uma ideia, o contrato tem uma cláusula que prevê o chamado desequilíbrio econômico, o que significa que a estação que estiver dando prejuízo poderá ser fechada. Significa que, se houver qualquer distúrbio em que a empresa não tenha nenhuma participação, como a própria falta de energia que ocorrerá, a empresa pode se basear na cláusula de desequilíbrio econômico para pedir aumento de passagem novamente. O sistema metroviário do Rio de Janeiro ficou um verdadeiro absurdo.

Nesse mesmo processo de desestatização, foi privatizada a Flumitrens, que controlava o sistema de trens urbanos, adquirida por um

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	14

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

consórcio de empresas nacionais e empresas espanholas. Quando esse consórcio assumiu, havia perto de 220.000 usuários no sistema e o Estado investiu mais R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) em média. Hoje o consórcio tem, no que é chamado Supervia, perto de 320.000 usuários, O mais grave é que eles estão querendo devolver. Não aguentam mais porque eles tinham a expectativa de já estarem no sistema quase 500.000 usuários e de que, no final de 2002, houvesse 1 milhão de pessoas por dia no sistema, mas não passam de 220.000. Por isso, estão querendo devolver ao Estado. Por que o Estado não recebe de volta? Porque a decisão é simplesmente política. As empresas privatizadas, como o Metro e a Supervia, tinham alguns requisitos legais para funcionar durante e após o processo de privatização. Esses requisitos legais previam que deveria haver níveis de conforto e de eficiência e que não poderia haver paradas fora da normalidade. Em todos os itens que ela tinha obrigação legal de cumprir, em todos eles ela está abaixo do nível. Então, legalmente, se houvesse vontade política do Estado, não precisaria ser feito nada, bastaria simplesmente receber de volta tanto a Companhia Metropolitana como a Flumitrens. Isso é uma decisão que deveria ser política.

Tivemos agora uma vitória muito importante na Assembleia Legislativa. Aprovamos, na semana passada, a criação da CPI das privatizações e esperamos que com isso seja mostrado todas as falcatruas feitas no processo de privatização do metro no Estado do Rio de Janeiro e a doação do patrimônio público. Na questão dos bens, por exemplo, a concessionária tem obrigação de dar manutenção em todos os bens, como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL <sup>16</sup>	15

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

subestações, subestações auxiliares de energia, sistema de transmissão, dormentes e tupias. Ela tem a obrigação de cuidar de tudo isso. Quando ela não consegue fazer isso **adequadamente**, vai ao Governo para pedir-lhe que faça investimentos, e ele continua fazendo investimentos. Houve um acidente na semana passada - vocês devem ter sabido disso - entre a estação Botafogo e a estação Arco Verde, que é a estação terminal. No Rio de Janeiro, o sistema funciona da seguinte forma: o metro vai da estação Saens Pena até a estação Botafogo na linha 1, totalizando 15 estações, completamente informatizado. O piloto tem a função de abrir e fechar as portas. Da estação Botafogo à estação Arco Verde, o piloto passa a ter condução manual do trem, porque esse sistema foi inaugurado às **pressas**, no final do Governo passado, e não está informatizado. Nesse trecho, por um distúrbio ou falha no sistema operacional, um piloto bateu violentamente de frente contra outro trem que estava parado. Esse piloto ficou preso nas **ferragens**, foi preciso chamar os bombeiros, que usaram maçarico no teto, cortando-o e retirando o piloto para fora. Ele ficou mais de duas horas preso e, para **rebocar** os dois trens batidos, foi necessário, de sábado à noite a domingo à noite, cortar o trem com maçaricos para conseguir rebocá-lo. A **empresa**, de imediato, avisou que foi falha do piloto. Não temos como concluir isso. Estamos reivindicando a participação na Comissão de Sindicância - é bom que todos **saibam**, caso isso aconteça aqui. O sindicato tem essa autonomia. Se a empresa não conceder, pode procurar a Justiça que essa liminar é concedida com facilidade. O sindicato vai participar da Comissão de Sindicância para saber de quem foi a culpa. Já



Data	Horário Início	Sessão /Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	16

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

detectamos uma falha muito grave, porque quando o sistema não está informatizado, a obrigação, por norma operacional que tem de ser adotada lá e em outros lugares da Federação, é manter a velocidade do trem em torno de 35Km/h. Não pode ser ultrapassada essa velocidade. Inclusive, há um dispositivo no trem, um relê de proteção, que obriga que o trem vá até aquela velocidade. Mas ela pode ser ultrapassada e a empresa ordenou que todos os pilotos passem a velocidade exigida no trecho e desenvolvam a velocidade de 70Km/h. Por isso, já aconteceram acidentes em outros trechos na linha 2, e agora esse acidente, que poderia ter sido fatal. Como ele ocorreu antes da operação comercial, às 5h45min, somente o piloto foi prejudicado. Isso é uma falha porque a empresa não está cumprindo uma norma operacional. Isso é extremamente grave, estamos denunciando a situação ao Ministério Público e também à Assembleia Legislativa e queremos que a empresa seja responsabilizada por essa falha.

O que quero dizer a vocês, para não demorar muito tempo, é que, pela privatização, nos moldes que estão sendo colocados aqui, vocês serão massacrados. A empresa que assumir o sistema vai querer receber altos subsídios para custeá-lo, pois ele ainda não apresenta lucratividade. Nenhuma empresa vai querer assumi-lo do jeito que está funcionando, sem que o Estado faça novos investimentos. O Estado terá que ficar responsável pelos investimentos. Isso aconteceu no Rio de Janeiro, em outras empresas, e pode acontecer aqui também. Se der certo, vai se espalhar pelo País inteiro. O metro deixará de ser um transporte social para ser apenas uma

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	18 ORDINÁRIA/COM. GERAL	17

Taquigrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

empresa meramente lucrativa. Dane-se o social! É assim que funciona o sistema privatizado.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Agradecemos ao Evandro. Consulto o Secretário da entidade do Rio de Janeiro, Sr. Edgard, se ele gostaria de fazer alguma complementação. (Pausa.)

A segunda pessoa que fará uso da palavra é o Secretário-Geral do Sindicato dos Metroviários de Belo Horizonte, Sr. Raimundo Bartolomeu Gonçalves França.

SR. RAIMUNDO BARTOLOMEU GONÇALVES FRANÇA - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, companheiros e companheiras, boa-tarde. É com muita honra que, no início da semana, recebemos um convite do Sindicato dos Metroviários do Distrito Federal para estar aqui hoje nesta audiência pública.

Parabenizo os companheiros presentes pela paralisação. Isso é sinal de que os companheiros estão preocupados em oferecer um transporte público de qualidade à sociedade e querem a garantia dos seus empregos.

Eu sou empregado da Companhia Brasileira de Trens Urbanos há quinze anos. Causou-me uma grande surpresa saber que o metro de Brasília, nem bem começou a funcionar, já está sendo entregue à iniciativa privada. É uma situação que deve nos deixar alertas, com o "pé atrás", pois o Governo Federal investe nas empresas e depois as entrega à iniciativa privada a preço de banana.



Data 26 /04/ 01	Horário Início 15h40min	Sessão / Reunião 19 ORDINÁRIA/COM. GERAL	Quarto 18
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

No caso de Belo Horizonte, Recife e Rio Grande do Sul, o sistema metroviário é ligado diretamente ao Governo Federal. Não pertencemos nem ao Estado nem às prefeituras. O processo que existe no âmbito da CBTU e da própria Transurb é uma transferência para os Estados. O que acontece em Belo Horizonte é uma concessão, uma tripartite, pela qual o Estado de Minas Gerais tem 55% de participação da nova empresa. A capital, Belo Horizonte, terá 35% e a cidade de Contagem, uma participação de 10%.

O Sindicato do Metroviários tem realizado algumas audiências públicas. De certa forma, temos barrado essa transferência para o Estado.

Hoje, no sistema que está entregue ao Governo Federal, o índice de acidentes é bem menor. Temos o exemplo da Rede Ferroviária Federal, empresa ligada ao Governo Federal que foi privatizada e os acidentes ficaram mais constantes.

Belo Horizonte e Recife já estão em um processo bem avançado de transferência do sistema metroviário para o Estado. Mas não temos nenhuma dúvida de que não funcionará, pois o Estado não terá condições de manter o sistema de transporte de massas. Isso vai acabar em privatização. É o que aconteceu com o pessoal da Flumitrens, que antes era CBTU, e hoje é Supervia, já privatizada. Aí vieram as demissões, a queda da qualidade dos serviços prestados aos usuários e o aumento das passagens. A nossa grande preocupação com relação a isso é mais do que justa, e o caminho adequado para os companheiros é tentar, por intermédio da Casa do povo, realizar as audiências públicas, no intuito de trazer mais



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL <sup>20</sup>	19

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

informações, mais esclarecimentos e mais dados para os nossos Deputados, a fim de que, no momento de votação de uma lei que possibilite a entrega do patrimônio público à iniciativa privada, votem conscientes.

Somos solidários à luta dos companheiros do sistema metroviário. Fomos informados de que um dos companheiros foi preso. Realmente o Governo usa dessas artimanhas, desse tipo de coisa, pois, quando algumas pessoas são presas, eles as liberam na mesma hora. Vi, inclusive, alguns companheiros falando a respeito com o pessoal da Segurança.

Portanto, estamos solidários à luta dos companheiros. Como eu já disse, somos empregados da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, que hoje é um sistema completamente diferente. Quando foi criado, ficou ligado diretamente ao Governo Federal. Tanto é verdade que a nossa campanha salarial passa pelo Ministério dos Transporte e pelo Ministério do Planejamento. Estamos, inclusive, na data-base. Logo, este é um momento oportuno para tratarmos da questão da campanha salarial. Estaremos acompanhando a luta de vocês pela não-concessão do Metro do Distrito Federal.

Estou aqui, juntamente com um companheiro, nosso coordenador José Geraldo Alves, para dizer que, com certeza, podem contar com o apoio e com a solidariedade do Sindicato dos Metroviários de Belo Horizonte.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL 21	20

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Ouviremos, neste momento, o Sr. Gilson da Silva, de Porto Alegre.

SR. GILSON DA SILVA - Boa-tarde. Quero iniciar saudando V.Exa., Presidente desta Comissão Geral, Deputada Lúcia Carvalho, em meu nome e em nome do companheiro Marco Arildo, que também se encontra neste plenário, membro da direção do Sindicato dos Metroviários do Rio Grande do Sul. Desta forma, estendo a saudação aos demais integrantes da Mesa, aos Parlamentares presentes e aos membros do Plenário.

Ressalto, mais uma vez, a importância, a maturidade, o grau de vitória alcançado no dia de hoje, com a paralisação da categoria metroviária de Brasília. É fundamental ressaltar isso.

Para ser direto na minha explanação, eu gostaria de expor algumas questões, sob uma abordagem nacional, no que se refere à política que vem sendo adotada, tanto pelo Governo Federal quanto pelos Governos Estaduais comprometidos com uma política de privatização e de devastação de todos os serviços públicos. Tem sido assim tanto para os setores que já foram entregues à iniciativa privada, como por exemplo os setores de Telecomunicação, de Saúde, de saneamento básico, a ferrovia. Essa política agora está sendo implantada para nós, metroviários. Hoje temos um exemplo no Rio de Janeiro, e em Brasília está em desenvolvimento, assim como no Rio Grande do Sul, Belo Horizonte, Pernambuco, São Paulo - recentemente implantado pelo Governo do PSDB, visando a fusão do CPPM



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL <sup>27</sup>	21

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

com o Metro, no sentido de **privatizar** aquele sistema de transporte que atende cerca de dois milhões e meio de pessoas por dia.

É importante ressaltar que essa política de desmonte é uma política neoliberal, que concentra a riqueza nas mãos de uma pequena parte de pessoas e distribui miséria à população. É nesse sentido que eu gostaria de fazer um **alerta**, mais uma **vez**, a todos os trabalhadores a fim de que se organizem para articular as lutas do movimento **sindical**, do movimento popular, e com os Parlamentares que têm o compromisso, não com o Fundo Monetário Internacional, cujos ditames são seguidos à risca no nosso país pelo Governo Federal e por alguns Governos **Estaduais**, e no caso de Brasília, por aqueles que estão aliados com esta política.

É fundamental que tracemos articulações e consigamos construir alternativas de projetos que visem o bem estar da população e não o lucro, porque, se assim não for, haverá mais exclusão.

Além **disso**, ressalto que, do ponto de vista daquilo que está estabelecido na legislação, a partir da Constituição de **1988**, que tem uma determinação de descentralização dos transportes de massa sobre trilhos nas regiões metropolitanas, nós, no Rio Grande do Sul, estivemos prestes a passar por uma situação que o Rio de Janeiro já viveu em algum momento, e que Brasília está vivendo hoje, desde o dia 30, quando foi aberto o processo de licitação para concessão.

O Governo Brito, anterior ao Governador Olívio Dutra, estava com a privatização do metro em Porto Alegre pronta. E, se saísse vitorioso,



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	23 ORDINÁRIA/COM. GERAL	22

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

assim que assumisse, no dia 1º de janeiro, entregaria, via concessão, que sabemos que é uma “privatização”, para a iniciativa privada.

Articulamos o movimento na categoria metroviária, nas demais categorias, com os movimentos populares e também com os Parlamentares que têm compromisso com o social e conseguimos eleger um governo que tem o compromisso de não fazer entrega do patrimônio público, que é construído com o nosso dinheiro. Com isso, ganhamos um fôlego para construirmos no Rio Grande do Sul uma alternativa: o sistema metroviário é responsabilidade do Governo federal, estadual e municipal, que se serve do sistema. Dessa forma, houve condições de continuar como uma empresa pública/estatal.

Essa defesa do patrimônio público deve ser o nosso objetivo, e a partir daí, poderemos construir políticas nesse sentido.

Para finalizar, como já bem exposto pelo companheiro Bartolomeu, estamos vindo de uma caminhada que visa, nacionalmente, articular e organizar os metroviários. E nessa nossa estada em Brasília, queremos poder ajudar os companheiros aqui nesse dia de hoje, e articular para que o dia 18 de maio seja o Dia Nacional de Paralisação dos Metroviários neste país. Vamos parar Recife, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Esperamos, nesse processo de unidade, construir elementos e força para dobrarmos e acabarmos com essa política de devastação e entrega do nosso patrimônio.



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	24 ORDINÁRIA/COM. GERAL	23

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

Por fim, agradeço o convite, mais uma vez, e espero ter contribuído com esse debate. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Nós é que agradecemos a presença de companheiros de diversos estados.

Mais uma vez afirmo que os Deputados Rodrigo Rollemberg, Wasny de Roure, Paulo Tadeu e Maninha assinaram esse requerimento para a realização desta reunião. Além disso, S.Exas. estão presentes ao debate, estão ouvindo neste momento as lideranças dos trabalhadores e, em seguida, serão chamados para fazer uso da palavra.

Neste momento, consulto os outros companheiros para verificar se desejam fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao representante do Sindimetrô do Distrito Federal, Sr. Cristionário de Sousa Medeiros.

SR. CRISTIONÁRIO DE SOUSA MEDEIROS - Exma. Sra. Presidente desta Comissão Geral, Deputada Lúcia Carvalho; demais companheiros da Mesa, representantes dos sindicatos; prezados Deputados; companheiros metroviários, antes de iniciar o discurso que preparei, eu gostaria de comunicar que recebi agora há pouco a informação de que o companheiro Jean Paulo continua na mesma situação, apesar da presença do representante da CUT, Sr. Torquato, que participaria dessa discussão, mas deslocou-se, com alguns outros companheiros, para tentar resolver essa questão. Além disso, informo a vocês que o delegado da 12ª DP está proibindo o companheiro Jean de se comunicar com qualquer pessoa. Então, estamos pensando no que está por trás dessa situação, que



Data	Horário Início	Sessão Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	25 ORDINÁRIA/COM. GERAL	24

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

é um ataque à nossa organização, ao Sindicato e, futuramente, a essa luta que estamos travando. Na assembleia que organizamos, decidimos ir, após o término desta Comissão, até a 12ª DP, em Taguatinga, mantendo a decisão de não trabalharmos amanhã, se não houver a libertação do companheiro Jean.

Nós, metroviários, estamos hoje nesta Casa para defender o patrimônio da população. Referimo-nos à proposta apresentada pelo Executivo, para apreciação pelos Deputados, sobre a concessão da operação do metro à iniciativa privada. Temos tentado levar este debate à sociedade e entendemos que, pela importância que o sistema metroviário terá para o transporte coletivo do Distrito Federal e pelo impacto que causará à qualidade de vida da população, esse tema mereça ser tratado com mais responsabilidade por parte do Governo.

No dia 30 de março último, ao mesmo tempo em que se retomavam as obras do metro na Ceilandia, o Governo do Distrito Federal iniciava o processo de concessão do metro. A audiência pública realizada na sede da empresa, de pública só tinha o nome. Nenhum Deputado desta Casa, nenhum representante sindical da CUT presente à reunião, aliás, nenhum de nós teve permissão para falar e opinar. Esta reunião, diga-se de passagem, foi pouco divulgada e realizada em local de difícil acesso à população, inclusive dificultaram a presença dos metroviários, porque, naquele dia, excepcionalmente, suspenderam a operação interna que estava sendo feita para que os empregados não fossem à empresa naquela sexta-feira, dia 30. Isso ocorreu às vésperas da reinauguração do metro.

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	1)0	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM, GERAL		25

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(o)

É clara a intenção do Governo de enfiar goela abaixo da população um prejuízo de mais de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Muito já foi investido e pela proposta do Governo, existirão novos investimentos no setor público para financiar os lucros da iniciativa privada.

Na referida audiência, mais uma vez reiteramos a solicitação feita ao metrô, em outubro de 2000, para que fosse fornecida ao Sindicato dos Metroviários cópia do estudo sobre concessão, financiado pela população e elaborado pela Fundação Getúlio Vargas. Nossa entidade também esteve em reunião no dia 16 próximo passado com o Presidente desta Casa, Deputado Gim Argello e com o Líder do Governo, Deputado Edimar Pireneus. Naquela ocasião, solicitamos que o projeto de lei proposto pelo Executivo não fosse votado até que os setores da população interessados nessa discussão pudessem emitir suas opiniões. Entretanto, deixamos muito claro que o não fornecimento de todas as informações aos Deputados e às instituições impediriam um debate real de um assunto de tamanha importância.

Por iniciativa do Presidente da Câmara Legislativa, foi realizada na última terça-feira uma discussão preliminar sobre esse tema, na qual estiveram presentes representantes do metro e alguns Deputados Distritais, além de representantes da nossa entidade. Entretanto, apesar de destacar a importância de todas as formas de debate, a documentação solicitada ainda não havia sido entregue ao Sindicato nem aos Deputados. Somente na terça-feira à tarde recebemos parte da documentação solicitada, especificamente a ata da audiência pública do dia 30 e o estudo elaborado

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	26

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

pela Fundação Getúlio Vargas, em que se destaca o profundo desconhecimento do sistema metroviário pelos elaboradores do sistema. Tanto que neste estudo existe algumas pérolas, como a caracterização do trem como um espaço que contém ar-condicionado, ou seja, o estudo da Fundação Getúlio Vargas diz que existe ar condicionado. Diz ainda, para o orgulho daqueles que defendem o lucro da iniciativa privada, que espera que o concessionário faça os investimentos necessários ao desenvolvimento pleno do sistema.

Quer dizer, não diz que tem de se obrigar o concessionário a isso, mas destaca-se a expressão "espera-se". E só Deus sabe como temos a vontade e o sonho de que o concessionário tenha o interesse de, ao invés de lucrar, investir da forma como o Estado faz.

Isso é um sonho e, atrás desse sonho, esconde-se o desejo daqueles de continuar mamando, beneficiando-se dos recursos da população, sem nenhum tipo de retorno.

Destacamos aqui a oportunidade que a Câmara Legislativa e os Deputados autores do requerimento para a realização desta Comissão Geral abriram para que este debate acontecesse. Debate que esperamos ter iniciado neste momento e que possamos continuar até que se esgote o tema. Nesta Comissão Geral, quero destacar a importante presença dos representantes e companheiros dos outros sindicatos, que sem dúvida nenhuma estão contribuindo para que haja uma qualificação maior da discussão.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	28, 27

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

Temos a opinião de que além das entidades aqui presentes, a Câmara Legislativa deve solicitar que seja entregue uma cópia desse estudo a todos os Parlamentares, que a minuta do edital de concessão do metro seja divulgada antes de qualquer deliberação.

É importante esclarecer os riscos que a população corre com a concessão. Risco de tarifas altas, diminuição na qualidade de serviço, aumento de acidentes e um processo de demissões incentivadas.

Na última terça-feira, o Sr. Paulo Victor Rada de Rezende, Presidente do Metro, aqui nesta mesma mesa, indicou qual o seu compromisso em relação aos empregados. Disse que espera que, no momento da concessão, o metro esteja apenas com 200 dos quase 700 concursados que foram contratados pela empresa a partir de 1997.

Ora, não é um discurso estranho de alguém que tem procurado desmotivar e insiste em desvalorizar o corpo de empregados qualificados que o Metro tem. A pressa, claramente demonstrada no cronograma do processo e explicitada na própria mensagem encaminhada à Câmara, mostra o desinteresse do Governo na transparência e no debate.

Acreditamos firmemente que a sociedade merece respeito. Sugerimos que o debate seja ampliado a partir do conhecimento prévio que esta Casa deve ter dos documentos do processo de concessão, inclusive da minuta do edital. Além disso, a presença de instituições, como Universidade de Brasília, Ministério dos Transportes, Ministério Público, além das entidades de classe, qualificaria ainda mais os futuros debates.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	28

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Gostaria de destacar o sucesso de nossa paralisação no dia de **hoje**, que ajudou a demonstrar o real compromisso da atual direção do Metro com a sociedade, mantendo em funcionamento menos da metade do sistema e de forma extremamente irresponsável e **precária**, pois foram **utilizados**, para realizar serviços de empregados treinados e capacitados durante mais de dois anos, trabalhadores terceirizados, sem **qualificação** para a exigência do serviço e, no caso da operação de trens, pessoas que há mais de dois não pilotam, já que realizam trabalhos administrativos e de coordenação operacional.

Além disso, a empresa tem perseguido os dirigentes sindicais. O nosso companheiro Jean, por estar fazendo papel de dirigente **sindical**, ou seja, estar em contato com a base, foi preso por isso.

Portanto, para **finalizar**, diante das constantes negativas do Governo em nos fornecer os elementos solicitados e de promover um amplo debate que permita a todos os setores a discussão deste **tema**, já que é prejudicial à população a forma como o Governo tem **agido**, vimo-nos forçados a chamar a atenção da sociedade, através da nossa paralisação, da distribuição de milhares de notas à população e da divulgação do posicionamento dos Deputados Distritais em relação ao **assunto**.

Nós estaremos firmemente acompanhando a questão para que possamos divulgar a **lista** daqueles que traírem a população, aplicando mais esse golpe.

Além disso, entendemos que a concessão do metro atinge toda a sociedade e não apenas os **metroviários**. Não estamos aqui discutindo os

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	30 ORDINÁRIA/COM, GERAL	29
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

empregos de alguns **concursados**, mas defendendo que a sociedade brasiliense possa opinar sobre o destino de seu patrimônio.

Muito obrigado. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Antes de passar a palavra aos Deputados, indago à Sra. Tânia Aparecida Viana, Agente de Estação do Metro do Distrito Federal, se deseja fazer uso da palavra.

SRA. TÂNIA APARECIDA VIANA - Eu gostaria de agradecer à Deputada Lúcia Carvalho a **oportunidade**, ao Deputado Wasny de Roure, que já vem brigando conosco desde o começo e, principalmente, a cada um de vocês. A participação de cada um de **vocês**, hoje, foi a melhor coisa que poderia ter acontecido.

Nós não estamos aqui para defender somente os nossos empregos, mas para tentar acabar com a pouca vergonha que é essa privatização do metro. Porque não é uma privatização comum, em que o Governo vai simplesmente vender o patrimônio público. O Governo está fazendo uma **doação**, e já tem empresários de Brasília brigando na Justiça para serem os únicos a concorrerem por isso. Nós estamos, finalmente, tomando consciência. A direção da empresa muito pouco se interessa por nós. Para ela, tanto faz, como tanto fez. Mas **agora**, é a nossa vez de mostrar que nós somos uma categoria, que nós temos força. É a nossa única chance: irmos à luta, mostrar aos usuários do metro o que acontecerá com eles e vir aqui falar com os Deputados. Agradeço aos Deputados

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	31 ORDINÁRIA/COM. GERAL	30
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

presentes, mas principalmente aos que não estão, porque mostraram, hoje, a cara deles. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Nós passaremos a palavra aos Deputados e, em seguida, àqueles que desejarem fazer as suas intervenções. Estabeleceremos um tempo de cinco minutos, com uma certa tolerância.

Registro as presenças do Vereador de Valparaíso de Goiás, Arquicelso Leão Leite; do Diretor do Sindicato dos Metroviários do Rio Grande do Sul, Marco Arildo Prates da Cunha; do Manoel Messias de Souza Ribeiro; do agente de estação Paulo Rogério Alves Rosa; do Diretor Secretário-Geral do Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro, Edgard Coelho Vaz; do Delegado Sindical do Metro - DF, Hailton dos Santos Lima; e do Assessor da CUT do Distrito Federal, Alberto Filippi Barbosa, que, se desejar fazer uso da palavra, estaremos à disposição. O Torquato estava aqui representando a CUT, mas teve que sair, já justificado pelo nosso companheiro Cristionário.

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Companheira Deputada Lúcia Carvalho, presidindo esta Comissão Geral; Sr. Presidente do Sindimetrô do Rio de Janeiro, companheiro Evandro Lima; Sr. Vice-Presidente do Sindimetrô do Rio Grande do Sul, companheiro Gilson da Silva; Sr. Secretário-Geral do Sindimetrô de Pernambuco, companheiro Cirano Lopes de Oliveira; Sr. Secretário-Geral do Sindimetrô de Minas Gerais, companheiro Raimundo Bartolomeu França; Sr. Coordenador de Assuntos

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL <sup>32</sup>	31
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Jurídicos do Sindimetrô - DF, companheiro de luta de muitos anos, Cristionário de Sousa Medeiros; companheira Tânia Viana, agente de estação do Metro - DF, que tem sido uma batalhadora nesta luta; companheiro Alberto, da CUT, representando a nossa companheira Érika, que se encontra neste momento nos Estados Unidos, discutindo a problemática do Mercosul; companheiros do foro das estatais; companheiros metroviários, inicialmente gostaria de registrar que, quando a Diretoria do Sindicato nos procurou, nós apresentamos a ideia da Comissão Geral, mas entendíamos que deveria ser algo maior, do ponto de vista da bancada do PT.

Aproveito para cumprimentar a Deputada Lúcia Carvalho, por sua lucidez política, agregando toda a Oposição no sentido de apresentar um projeto coletivo desta Comissão Geral. A Deputada Lúcia Carvalho, à frente da Liderança do PT, tem dado demonstração de que política se faz com articulação. Quero registrar, também, a surpresa que tivemos com aquela audiência que foi marcada abruptamente pela Direção da Casa com a Diretoria do Metro. Na oportunidade, estive aqui para interagir com estes senhores acerca do nosso entendimento a respeito da matéria.

Companheiros e companheiras, a questão da concessão e privatização deste patrimônio, que é o metro, é uma redundância, motivo pelo qual não tratarei desse tema no debate. Sabemos que depois que se entrega um investimento de vinte e cinco anos a uma empresa, trata-se naturalmente de uma transferência efetiva de controle.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	33 ORDINÁRIA/COM. GERAL	32
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

No Distrito Federal o metro será responsável - segundo os próprios diretores da empresa - pelo transporte de vinte e cinco por cento da população do Distrito Federal.

Ora, o metro passa a ser no Distrito Federal - talvez - o principal instrumento da política de transportes. Ele não pode ser analisado isoladamente; não se podem tomar decisões acerca do metro de forma a se desconsiderar os sistemas de transporte coletivo, alternativo, enfim, todos que trabalham no sistema de transporte urbano no Distrito Federal, inclusive os chamados transportes informal - prefiro essa terminologia à denominada pirata - que tem hoje quase vinte por cento do mercado de transporte de passageiros do Distrito Federal.

Não podemos fazer uma análise séria e consequente se não levarmos em consideração o papel de todos esses agentes que vão atuar no processo de integração com o sistema metroviário.

O Estado investiu R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais) e promoveu uma audiência pública que, diga-se de passagem, foi um blefe, uma audiência de "araque" sem o mínimo de decência. Por quê? Porque sabemos que a sede do metro é extremamente inacessível à população que não tem veículo e para os que têm veículo, haverá dificuldade em localizar.

Portanto, aqueles que foram à audiência, foram com cartas marcadas: os servidores, os empresários e aqueles que estavam lá para vender seu produto, como é o caso dos representantes da Fundação Getúlio Vargas. Naturalmente não houve uma Audiência Pública. Houve um blefe,



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL 34	33
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

uma audiência de araque. Tivemos a oportunidade de demonstrar o nosso repúdio ao Presidente da Câmara e ao Líder do Governo.

Eu gostaria de chamar a atenção dos companheiros a respeito dessa modalidade de privatização e deixar claras algumas questões. É desnecessário dizer que o Partido dos Trabalhadores tem uma política de enfrentamento a toda e qualquer privatização. Os companheiros se manifestaram muito bem, porque os metros que estão em funcionamento, por resistência dos trabalhadores, não foram privatizados, ainda que o tenham sido em caráter preliminar.

O metro de Brasília nem foi ainda considerado em termos comerciais; está em processo de adaptação, para depois ser entregue aos empresários. Ora, eles são inteligentes, porque o metro ainda não entrou na vida diária do passageiro brasiliense. No momento em que entrar, saberão que essa população será a aliada número um dos trabalhadores contra a privatização. É a mesma questão dos servidores da CEB e Caesb: esta vai ser uma luta de sangue! A população de Brasília não vai deixar barata, para o Governador Joaquim Roriz, a aprovação do processo de privatização da Caesb, da CEB e do Metro, como tentaram fazer no final do ano com a TCB. Eles foram tão espertos no caso da TCB que não estavam preocupados em privatizar o patrimônio e a sucata que muitas vezes eles poderiam considerar, mas os privilégios estabelecidos pela legislação para a TCB. Isto sim, eles queriam passar para mãos de cartas marcadas.

Quanto ao metro, eu gostaria, Deputada Lúcia Carvalho, de citar quatro pontos que me preocupam nesse processo de privatização. O



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	34

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

primeiro deles é a **questão** da expansão. Quem será responsável pela expansão? Ainda faltam, se não me falha a **memória**, 9 quilômetros para o metro chegar até a cidade de Ceilândia. Quem será o responsável pela conclusão da obra? Qual aditivo será estabelecido no contrato, diante do aumento do número de passageiros que serão usuários do metro?

O segundo refere-se à periodicidade do reajuste. Porque aí, companheiros, existirá um sistema controlado. É o monopólio do sistema de transporte metroviário. E quem vai ditar o preço? Todos os estudantes de economia sabem que a oferta no sistema de monopólio é o nível de preço. Portanto, o preço será estabelecido pela empresa que irá controlar o monopólio e, **conseqüentemente**, o metro. E aí é que está o **perigo**, pois a população deixa de ser prioridade para dar prioridade à lucratividade. A população não faz parte do projeto de transporte coletivo, mas é, sim, uma variável da função transporte em que a lucratividade e o interesse dos empresários é que predominarão. Qual será a lucratividade média prevista para os empresários? Qual o controle e a proposta que o governo tem?

Quanto à tarifa, não há dúvidas de que em um sistema como esse, quem menos vai opinar e arcar com o ônus é a população. Pela documentação apresentada, eles alegam que haverá redução de pessoal. Este foi o documento que a empresa nos mandou. Parece-me que são transparências. Sequer tiveram a decência de mandar a documentação para a Câmara Legislativa. Esta Casa foi muito pouco incisiva na exigência da documentação para que pudesse analisar o problema e apresentar à



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	36 ORDINÁRIA/COM. GERAL	35

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

sociedade do Distrito Federal uma **discussão** qualificada que a conscientizasse.

Eles são tão espertos que começam dizendo que o acordo com o Governo Federal foi firmado em 2 de setembro de 1997, para dizer que ele foi responsabilidade do Governo Cristovam. É verdade, houve um protocolo, mas o próprio governador Roriz **disse**, em campanha eleitoral, que o primeiro ato do seu governo seria rasgar o protocolo; mal sabia ele, - pois sequer o tinha lido - que o protocolo encerrava-se no dia 31 de dezembro de 1998.

Ora, isso era uma tentativa de **incriminação**, pois ele sabia que era um momento politicamente delicado para que o Governo do Distrito Federal continuasse recebendo os repasses, sobretudo, para a educação e saúde, pois não temos garantia por parte da Constituição.

Portanto, companheiros e **companheiras**, eu gostaria de falar da nossa preocupação que o Governo traz com a privatização. E aí, sim, caberá aos companheiros fazer, juntamente com os Parlamentares, o Ministério Público e a sociedade civil uma ampla mobilização para garantir o seu interesse por um transporte de qualidade.

Não se cuida de construir o endividamento do Estado na proporção de R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), para depois entregar às empresas **privadas**, a fim de que a variável lucratividade prevaleça em detrimento do interesse público, no caso, no transporte coletivo .

Muito obrigado, Sra. Presidente. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL <sup>37</sup>	36
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg, representante do PSB nesta Casa e também autor do requerimento de realização desta Comissão Geral, para discussão da privatização do sistema de metro do Distrito Federal.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - Exma. Sra. Presidente, Deputada Lúcia Carvalho; Sr. Presidente do Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro, Evandro Lima; Sr. Vice-Presidente do Sindicato dos Metroviários do Rio Grande do Sul, Gilson da Silva; Sr. Secretário-Geral do Sindicato dos Metroviários de Pernambuco, Cirano Lopes de Oliveira; Sr. Secretário-Geral do Sindicato dos Metroviários de Belo Horizonte, Raimundo Bartolomeu G. França; Sr. Coordenador de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Metroviários do Distrito Federal, Cristionário de Sousa Medeiros; Agente de Estação do Metrô-DF, Sra. Tânia Aparecida Viana; Deputada Maninha, Deputados Paulo Tadeu e Wasny de Roure; metroviários aqui presentes, inicialmente lamento que, numa discussão importante como esta, que talvez envolva a decisão mais importante do Governo do Distrito Federal nesses quatro anos de gestão, a Câmara Legislativa não esteja com todos os seus Parlamentares participando dela.

Estamos falando do metro: uma obra que custou à população do Distrito Federal R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), que se arrasta há dez anos, que já foi motivo de todo tipo de exploração política e que apenas agora, após dez anos, começa a funcionar ainda em parte.

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL 2.8	37

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Sinto-me muito à vontade para falar do metro porque, desde a minha primeira candidatura, em 1990, defendo-o como um meio de transporte moderno, eficaz, eficiente e limpo. Preocupa-me muito a concepção que o Governo do Distrito Federal, que o Governador Roriz tem da coisa pública. É estarrecedor o Governador dizer na televisão, o que ouvi dizer, que não importava saber quanto o metro tinha custado, que o importante era que havia o metro. É claro que importa quanto custa o metro. Queremos um metro de boa qualidade, funcionando com segurança, mas pelo menor preço possível, para que o Estado possa ter recursos para investir em outras áreas carentes do Distrito Federal, para que não parem dúvidas de que os recursos destinados ao metro sejam utilizados nele e não desviados para o bolso de particulares, como, ao longo de toda essa história de construção do metro, se suspeitou e se denunciou no Distrito Federal. É importante que a população saiba se o que foi gasto com o metro, de fato, foi gasto com ele e se era o menor e o melhor valor possível para se ter o metro que temos.

Feitas essas observações, quero chamar a atenção para a importância que é para a sociedade a discussão de um possível processo de terceirização ou de privatização, qualquer que seja o nome que se queira dar, de uma obra que custou aos cofres públicos R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais). Então, isso não pode ser feito de forma açodada, não pode ser cogitado sem que toda a população seja ouvida: os metroviários, os técnicos das diversas universidades e dos diversos

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	38
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

examinando as experiências de outros Estados.

Percebemos **que**, em outros Estados onde o metro foi terceirizado, privatizado, as experiências não são positivas. Tivemos uma perda na qualidade do serviço, um grande prejuízo para o Poder Público, um aumento de tarifas e a demissão de servidores. **Então**, esse processo não pode acontecer no Distrito Federal à revelia de sua população, sem uma ampla e exaustiva discussão na qual fique especificado o que o Poder Público, a população e os metroviários ganharão em todo esse processo.

Mais uma vez, lamento a ausência de Parlamentares neste **plenário**, participando desse debate, ouvindo os **técnicos**, as pessoas e as experiências de outros Estados.

Preocupa-nos muito a questão do transporte coletivo em Brasília. Esta é uma das cidades que têm os preços de passagens mais caros de transporte coletivo. Aqui o transporte coletivo está concentrado nas mãos de pouquíssimos empresários. Há um verdadeiro cartel do transporte coletivo no Distrito Federal. Com o metrô e as centenas de linhas que ficarão vinculadas a ele, o risco de haver um monopólio do transporte coletivo no Distrito Federal é enorme. E isso não pode sequer ser pensado, tem de haver instrumentos efetivos do Poder Público de combate ao monopólio desse transporte.

Esta é uma discussão extremamente complexa, profunda, que não pode ser tratada superficialmente nem ser exaurida numa simples sessão, numa simples audiência pública - muitas vezes, com cartas marcadas -, sem haver uma ampla divulgação, não permitindo assim a

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	40 ORDINÁRIA/COM. GERAL	39
Taquígrafo(a)	Revisor(o)	Orador(a)	

participação da população. É fundamental que o núcleo de transporte coletivo da Universidade de Brasília, que há muitos anos pesquisa o transporte coletivo no Distrito Federal, possa dar a sua opinião técnica. É importante que consultores dessa área e dirigentes sindicais que têm o conhecimento de experiências de gestão bem ou mal sucedidas em diversos Estados do País possam ser ouvidos e considerados, porque não podemos correr o equívoco de deixar uma obra de tal envergadura, que já custou tanto aos cofres públicos, ser dada de lambuja à iniciativa privada, fazendo com que ela fique com o filé *mignon* e o setor público, com os ossos. Não podemos admitir isso! Esse deve ser o compromisso dos metroviários, mas dessa discussão têm de participar todo o Distrito Federal e todos os usuários do transporte coletivo, porque eles, sem dúvida, são os maiores interessados em que o metro sirva aos seus interesses, que ele seja um meio de transporte público barato, eficiente e moderno, que ele sirva ao público e não seja mais uma grande maracutaia, uma grande obra a serviço do interesse privado.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Passo a palavra à Deputada Maninha, Primeira Secretária, representando o PT na Mesa Diretora, que se pronunciará a respeito da terceirização e privatização do metro no Distrito Federal.

DEPUTADA MANINHA - Companheira Lúcia Carvalho, Presidente desta Comissão; Sr. Presidente do Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro, Evandro Lima; Sr. Vice-Presidente do Sindicato dos

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	40
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Metroviarios do Rio Grande do Sul, Gilson da Silva; Sr. Secretário-Geral do Sindicato dos Metroviarios de Pernambuco, Cirano Lopes de Oliveira; Sr. Secretário-Geral do Sindicato dos Metroviarios de Belo Horizonte, Raimundo Bartolomeu G. França; Sr. Coordenador de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Metroviarios do Distrito Federal, Cristionário de Sousa Medeiros; Sra. Tânia Aparecida Viana, agente de estação do Metrô-DF; empregados do metro, presentes na galeria, Srs. Deputados, inicio o meu pronunciamento dizendo que lamento profundamente que estejam presentes neste plenário apenas os Deputados de Oposição. Sra. Presidente, além de V.Exa., estão presentes os Deputados Rodrigo Rollemberg, Paulo Tadeu, Wasny de Roure e eu, que também sou do PT. Parece-me que passaram por aqui os Deputados Alírio Neto e Renato Rainha. Não percebemos a presença neste plenário dos Deputados de Situação. Somos 24 Deputados nesta Casa. O nosso país e a nossa cidade estão passando por um momento conjuntural em que questões como a que estamos debatendo hoje não aparecem de graça, mas fazem parte de um processo determinado pelo Governo Federal. Essas questões não se resumem apenas ao Governo Federal, elas vêm de muito mais além, de acordos que este Governo fez com o próprio FMI.

Quando nos aprofundamos nessa política - a qual nos referimos de forma tão simples como sendo a "política neoliberal" -, percebemos o seu significado. Essa política tem lançado milhares e milhares de trabalhadores do mundo inteiro, especialmente da América Latina e em particular do Brasil, no desemprego e na miséria, deixando-os sem perspectiva alguma. O que nos aguarda nesse mundo "neoliberal"? Aliás, Deputada Lúcia Carvalho,



Data 26 /04/ 01	Horário Início 15h40min	Sessão / Reunião 47 ORDINÁRIA/COM. GERAL	Quarto 41
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

V.Exa. acaba de chegar de um grande encontro realizado em Quebec, o **Alca**. V.Exa. comprovou na prática como as questões hoje, que não mais dizem respeito apenas a um país, devido à globalização, podem determinar os rumos políticos e econômicos de cada país, principalmente dos chamados países subdesenvolvidos.

Não é à toa que a questão da terceirização do metro de Brasília traz implicitamente a aplicação da chamada "política neoliberal". Aqui no Distrito Federal, vai se realizar essa chamada terceirização. No entanto, uma Casa de Leis como esta não consegue fazer com que os seus Deputados, responsáveis que são pela proteção da sociedade **brasiliense**, discutam com profundidade o significado dessa proposta. Por quê? Porque não querem, não têm interesse nisso. Seu interesse aqui é evitar quaisquer discussões políticas, é votar sempre de acordo com aquilo que o Governo determina, é evitar investigações que cheguem até o umbigo dos próprios Deputados como estamos tentando, neste momento, com a solicitação para investigação desse processo de corrupção pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, **Cidadania**, Ética e Decoro Parlamentar. (Palmas.)

Essa é a vontade da maioria. A pequena Oposição dentro desta Casa chega, grita, esperneia e denuncia; mas, infelizmente, somos poucos. Mas mesmo sendo poucos, não vamos perder a **VOZ**, não vamos nos calar. É por isto que esta Comissão Geral está sendo realizada: porque queremos debater com as senhoras e os senhores, sim. Queremos mostrar a nossa cara e o nosso posicionamento. Queremos que os senhores reconheçam os



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	42
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

posicionamentos da Situação e da Oposição. Falar em terceirização e falar que ela não é uma privatização camuflada é uma falta de vergonha.

O que percebemos neste momento? Percebemos que foi dada uma autorização por esta Casa, pela maioria dos Srs. Parlamentares, para que o Sr. Governador pudesse fazer o que bem lhe interessasse aqui no Distrito Federal. Não há lei delegada, mas há dois anos atrás foi votada aqui uma autorização, concedida pelos Srs. Deputados de Situação, para que o Sr. Governador pudesse demitir, contratar e, inclusive, criar Secretarias. Tentamos evitar que o Sr. Governador pudesse privatizar sem a autorização da Câmara Legislativa. No entanto, mesmo conseguindo esta votação, quando o projeto chegar a esta Casa, será votado porque ele tem a maioria a seu favor.

Esse é um processo muito perverso, dissimulado, que parece trazer garantias, modernidades e melhoria de qualidade. Pergunto a vocês: as privatizações que aconteceram nas áreas de telecomunicação e eletricidade melhoraram ou pioraram a qualidade? A população está satisfeita? Quantos apagões existiam quando a energia elétrica não era privatizada? Será que o pagamento da telefonia está mais barato ou mais caro? A qualidade melhorou ou piorou? Tenho certeza de que se fizermos essas perguntas para a população, ela dirá que todos esses serviços pioraram.

Companheiros e companheiras, tudo isso tem uma intenção; por trás desta intenção há a política. Neste momento, estamos ouvindo o

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	44 ORDINÁRIA/COM. GERAL	43
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

depoimento de **Antônio Carlos Magalhães**, que sempre foi aliado do Governo e que agora vira suas baterias contra o próprio. A criatura e o criador.

O **Arruda**, que todos diziam que era bonzinho, que era o defensor do Distrito Federal, mostrou suas garras. Nós veremos muito mais. A CPI da corrupção já tem as assinaturas necessárias para ser implementada. Queremos que seja votada e é por isso que daqui a uma hora estaremos em uma carreata em todo o Distrito Federal para pedir que a CPI seja instalada. Por trás de tudo isso há a política governamental que quer a privatização em todas as áreas. Estamos falando do metrô, das telecomunicações, da CEB, mas daqui a pouco teremos a privatização na área da Saúde, na área da Educação. O Estado mínimo terá apenas as chamadas carreiras especiais, fiscalização e tributária. No resto, a população que se vire. Quem tiver dinheiro que pague. É o modelo chileno, é o modelo argentino, é um modelo que não queremos que chegue ao nosso país.

Companheiros e companheiras, nós da Oposição estamos conscientes do que ocorrerá em relação ao metro. Mas tenho certeza de que a nossa solidariedade a todos os trabalhadores não será apenas a solidariedade do discurso. À medida que pudermos, iremos intervir. Estaremos presentes nas greves, debateremos, obstruiremos projetos ou iremos para a rua denunciar tudo o que for possível. Podem ter certeza de que a bancada do Partido dos Trabalhadores está como sempre esteve: ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras deste país, porque não queremos que ele tenha o destino de um país neoliberal. Queremos que este seja um

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	44
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

país onde o socialismo possa existir, um país onde todos tenham os mesmos direitos e onde não exista a privatização.

Esta é a minha mensagem. O meu mandato está à disposição de todos vocês.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Com a palavra o Deputado Paulo Tadeu, do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO PAULO TADEU - Senhoras e senhores, eu gostaria de saudar todos os presentes, os componentes da Mesa e todos os metroviários que se encontram na galeria assistindo a esta Comissão Geral. Saúdo também os Deputados presentes e os que já estiveram aqui.

Registro a divulgação, neste debate, de um dos números do jornal do Fórum em Defesa das Estatais do Distrito Federal, que está sendo publicado pelo Sindicato dos Bancários, pelo Sindágua, pelo Sindicato dos Urbanitários e pelo Sindimetrô, um jornal conjunto que procura informar a todas as categorias da sociedade sobre o que vem acontecendo no âmbito dessas empresas e setores do Distrito Federal.

Eu gostaria de iniciar meu pronunciamento com uma pergunta: a quem interessa a privatização do Metro? O Governo diz que interessa à sociedade porque melhorará a qualidade dos serviços prestados à comunidade e diminuirá os custos do Estado para garantir o bom funcionamento de algumas áreas estatais, especificamente do Metro.

Sra. Presidente e demais presentes no plenário, qualquer argumento técnico trazido pelo Governo do Distrito Federal é facilmente



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	46 ORDINÁRIA/COM. GERAL	45

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

combatido e desmontado porque todos os argumentos técnicos são falhos e contraditórios, para não dizer que a maior parte dessas informações técnicas vêm apenas com meias verdades.

Vou dar exemplos. No estudo que o Governo preparou para a Câmara Legislativa do Distrito Federal está escrito que foi a partir do protocolo assinado no Governo anterior que estão procedendo à terceirização do Metro. O mesmo Governo que diz isso se elegeu combatendo o protocolo assinado pelo então Governador Cristovam Buarque. O PMDB igualmente criticava, de maneira ardorosa, o protocolo assinado. Isso demonstra que o argumento trazido pelo PMDB e pelo Governador Joaquim Roriz é mentiroso porque de fato não reflete o que diziam antes das eleições, quando combatiam o protocolo e prometiam que não iriam terceirizar empresa alguma do Distrito Federal.

Posteriormente, o mesmo Governo afirma, em seu estudo, que um dos fatores por que irá terceirizar o metro é o fato de ser necessária uma redução de despesas com pessoal. O Governador Joaquim Roriz também dizia, durante a campanha eleitoral, que traria para o Distrito Federal uma política de valorização, de estabilidade dos servidores e de reajuste salarial. E muitos servidores acreditaram nessas promessas mentirosas do então candidato e hoje Governador Joaquim Roriz.

O estudo também declara que a medida procura eliminar possíveis transferências do Tesouro do Distrito Federal para as empresas do Governo do Distrito Federal. Isso é outra mentira. O mesmo estudo afirma que manterá sobre o domínio do Poder Público a construção de novas

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	46
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

subestações e novas linhas, caso necessário, inclusive para manutenção de alguns setores. O Governo continuará gastando. Isso é outra mentira publicada no estudo do Governo.

Também é dito que será feita a licitação em conjunto com o sistema de transporte convencional. Sra. Presidente, eu gostaria de protestar contra a manobra feita nesta Casa na terça-feira, quando trouxeram um representante da Fundação Getúlio Vargas e dois diretores do metro de Brasília para um debate com a galera vazia, praticamente sem Deputado algum no plenário desta Casa. Foi um debate para as paredes.

O que eles fizeram com isso? Tentaram esvaziar esta Comissão Geral que, com certeza, tem a melhor representatividade para discutir esse assunto. Mas a bancada Governista fez isso e a prova é que, neste momento, não se encontra presente nenhum Deputado daquela bancada. Não quiseram participar de um debate democrático, olhando para os olhos dos trabalhadores e técnicos do setor que entendem do assunto. Preferiram fazer uma Comissão esvaziada, sem a presença de ninguém, tentando mostrar uma falsa discussão. Até agora, não existiu nesta Casa uma discussão séria sobre esse assunto, mas começa a existir a partir de hoje.

Eles disseram aqui, na terça-feira, que para que o metro do Distrito Federal pudesse ser lucrativo e se sustentar pelas suas próprias atividades econômicas, necessitaria de uma tarifa em torno de U\$ 1,00 (um dólar). Se não me engano, foi o Sr. Paulo Victor quem disse isso.

Sra. Presidente, se o metro não é viável na mão do Estado, ele o será na mão da iniciativa privada? Ou iremos agora acreditar em Papai

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	U. ff	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL		47
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)		

Noel? Nunca ouvi falar que a iniciativa privada, ou qualquer empresário, investisse em um setor que não fosse lucrativo. É possível, sim, o metro de Brasília ser lucrativo. Esse é, portanto, outro argumento técnico e político falso que eles trazem.

Sabemos que a política de privatização vem a partir da orientação internacional do receituário do FMI, que governos dos países de terceiro mundo, submetidos e entregues a essas políticas, adotaram em seus países.

Em todos os lugares onde foi adotada essa política neoliberal de privatização do patrimônio do povo, houve uma piora considerável na prestação desses serviços e na qualidade de vida da população.

Não tenho dúvida alguma, como disse o dirigente do Rio de Janeiro, de que esta é uma decisão meramente política. Não há argumento técnico que possa se sustentar sob a necessidade da privatização ou da terceirização do metro. Nesse caso específico de Brasília, a questão é muito pior. O crime contra o patrimônio público é muito pior porque por mais que critiquemos as privatizações, que se acumulam no terreno dos capitalistas - e devemos continuar criticando-as e combatendo-as em todos os setores - o que está sendo feito em Brasília é uma verdadeira doação de patrimônio para um grupo de amigos do rei. Aposto com quem quiser que quem vai ganhar de presente a concessão desse metro será o Sr. Wagner Canhedo ou o Sr. Valmir Amaral, ex-suplente do corrupto Luiz Estevão e, atualmente, Senador da República. O Diretor do DMTU foi indicado por esse empresário de transporte público convencional. Ou, ainda, o dono das empresas Golden



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	48 ORDINÁRIA/COM. GERAL	48

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

e Itapemirim. Será um desses três. Não tenho a menor dúvida disso. Não tenhamos a ilusão de que isso não será entregue a eles. Isso é compromisso de campanha. Ele vai cumprir o compromisso que fez com aqueles que financiaram a sua campanha. A entrega do metro é algo vergonhoso aqui em Brasília. **Vergonhoso!**

Sra. **Presidente**, não vamos entrar em questões técnicas, apesar de ser importante discutirmos sobre elas. Os trabalhadores têm de fazer essa discussão técnica e nós também, mas essa discussão é eminentemente política. Não existe alternativa.

Quero dizer aos trabalhadores do Metro o seguinte: ou continuam firmes, levantando a bandeira em defesa desse setor contra a privatização, a terceirização dessa importante área para o desenvolvimento do Distrito Federal, ou não teremos alternativa senão acompanhar essa "doação" para os amigos do Governador.

Infelizmente, tenho de registrar que alguns companheiros de Esquerda muitas vezes confundem os trabalhadores e os seus princípios ideológicos fazendo discursos confusos que se encaixam no campo da Direita. Digo isso porque sabemos o que foi feito no Governo anterior com relação a estudos para a privatização do Metro. Também sabemos da venda das ações da Caesb, da possível federalização do BRB e da cisão da Companhia Energética de Brasília - CEB. Não tenho de esconder absolutamente nada.

Aos trabalhadores cabe não se alinharem, não se **atrelarem**, não se submeterem às visões do Governador. Aos trabalhadores cabe exclusiva

Data	Horário Início	Sessão /Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL 50	49
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

e tão-somente a luta incessante pelo direito ao trabalho, a um País melhor, a um serviço público de qualidade, prestado com transparência à população.

Aqui fica o meu registro e a minha solidariedade a todos os trabalhadores do Metro. Devemos continuar com ações de resistência nesta Casa a esse crime que está sendo cometido contra o povo do Distrito Federal e contra os trabalhadores do Metro.

Muito obrigado. Parabéns pela luta de vocês!

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Mais uma vez parabenizo os metroviários por terem realizado uma paralisação hoje e terem vindo a esse debate político. Em geral, os trabalhadores paralisaram e não realizam uma atividade tão importante quanto esta. Pela presença de vocês e pela discussão que hoje estimulam, mais uma vez esta Casa tem o prazer de recebê-los de braços abertos.

Temos ainda dois Parlamentares, Deputados Chico Floresta e Renato Rainha, autores do requerimento, que querem usar a palavra. Após os pronunciamentos desses Deputados, abriremos a palavra aos que estão no plenário. Às 18h, esses representantes terão de se ausentar para pegarem o avião às 19h. Portanto, solicito que os Deputados sejam breves para que as demais pessoas presentes também possam se pronunciar.

De qualquer maneira, a Tânia, o Cristionário, eu e os demais convidados ficaremos até o encerramento, para concluirmos esse debate juntos. Assumiremos, inclusive, o compromisso de promover outros encontros, seminários e debates com vocês para que este seja o pontapé inicial de um debate que vai se estabelecer nesta Casa de Leis. Por isso não

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	50
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

iremos esgotar essa discussão, até porque faltam aqui representantes do Governo e técnicos da UnB que estudam profundamente os aspectos do transporte do Distrito Federal e de outras entidades como a FGV. Então não nos precipitemos porque teremos outros debates promovidos pelos Líderes do PT, aqui ou em outro espaço.

Com a palavra o Deputado Chico Floresta, vice-Líder da bancada.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Exma. Sra. Presidente desta Comissão Geral, Deputada Lúcia Carvalho, Líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, valorosa defensora do setor público na história desta cidade, em nome da qual quero homenagear todos os membros da Mesa presentes, inclusive para que eu possa ser breve, dada a circunstância que a nossa Presidente colocou.

Essa questão da privatização do Metro de Brasília, que pinçamos no Diário Oficial, é apenas um ponto emergente de um iceberg que vem colidindo com uma estrutura montada há muitos anos no Brasil, responsável pela **garantia** da qualidade de vida do nosso povo. O setor público no Brasil tem uma história, uma cultura e uma tradição. Em que pese todas as dificuldades que sucessivos governos colocavam ao seu desenvolvimento, tanto do ponto de vista de planejamento estratégico ou de como esse setor público iria melhorar os seus **serviços**, sempre baseado no princípio de atendimento universal e no princípio do melhor atendimento à população, o setor público, muitas vezes, por obra dos **servidores**, mantinha e mantém uma regularidade de oferecimento de serviços públicos de qualidade. No

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL 52	51
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

entanto, a partir de uma discussão que não ocorreu no **Brasil**, de uma discussão que vem de reuniões do Clube de Roma, do Grupo dos Sete, de uma intervenção política que começou na Inglaterra e que depois convencionou-se chamar de política neoliberal, chegou-se a uma conclusão que interessa aos países hegemônicos do capitalismo: que se deveria destruir o setor **público**, não apenas nesses países, mas principalmente naqueles que almejavam alcançar, dentro do contexto das nações, sua independência e autonomia. Foi a partir das ações desenvolvidas na Inglaterra que começou a graçar pelo mundo todo essa praga chamada neoliberalismo, uma praga que tem aprofundado aquilo que o capitalismo tem de mais perverso: a super exploração da classe trabalhadora. Uma praga que tem aprofundado aquilo que o **capitalismo** tem de mais hediondo: a falta de compromisso com a humanidade.

Estamos vendo no mundo todo o desmantelamento do setor de saúde, do setor de educação, crianças morrendo à míngua, fome em graus insuportáveis, principalmente nos países do Continente Africano. Temos visto epidemias como a Aids e outras já banidas há séculos, como o cólera, que atinge a América do Sul, inclusive o nosso País. Muitas vezes, não se quer identificar por que esses problemas estão acontecendo e nunca se faz a associação de que eles estão ocorrendo exatamente porque houve a destruição do Estado, principalmente nos países periféricos do capitalismo.

No **Brasil**, a política de sucessivos governos, combinada com essas diretrizes patrocinadas pelo Fundo Monetário Internacional, que atua como um garrote vil, aquele instrumento de tortura que massacra o **povo**, o

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	52
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

qual os governantes dizem ser incapazes de enfrentar. Mas, na verdade, são incapazes de enfrentar porque não são aliados do povo que deveriam defender. Essa circunstância está gerando no nosso país o aprofundamento da miséria e uma situação de calamidade. Mais de setenta e cinco milhões de brasileiros estão fora do mercado. Mais de trinta milhões de brasileiros vivem em condições inumanas. São poucos os que têm acesso ao saneamento básico, apenas dezessete por cento da população. São poucos os que têm acesso a serviços que deveriam ser universais, serviços que deveriam ser prestados a todos trabalhadores e pessoas do nosso povo.

Esse enfrentamento contra a privatização do metro que estamos iniciando faz parte de uma luta histórica da classe trabalhadora para impedir que esse sistema continue massacrando nosso povo e os povos pelo mundo todo.

Temos a tarefa de levantar bem alto essa bandeira. Não apenas pela defesa do emprego, mas porque a defesa do emprego é a defesa do setor público, é a defesa de entidades públicas que são necessárias para o desenvolvimento do nosso povo.

Não devemos aceitar a lógica daqueles que querem nos colocar na defensiva, alegando que defendemos interesses próprios. Estamos defendendo os interesses coletivos do povo brasileiro ao defender o metro, a CEB e a Caesb. O caso da Caesb é ainda mais cristalino.

A água é hoje um bem reconhecido internacionalmente. Mas está sendo transformada por esses representantes do capitalismo internacional em uma mercadoria. E uma mercadoria que já tem mais valor do que o

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	54 ORDINÁRIA/COM. GERAL	53
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

próprio petróleo. Não são poucos os países do mundo em que um litro de água potável custa mais do que o litro de gasolina. E ninguém bebe gasolina, mas todos nós temos de beber água. Essa é a grande descoberta: sem água não se vive. Na verdade, ao transformar água em mercadoria, esses senhores hegemônicos do capitalismo querem controlar a nossa vida, pois sem água não se vive.

Esta Comissão Geral, ao debater a privatização do metrô, ao debater a lei federal que coloca a privatização do setor de água como uma responsabilidade do Estado e não mais dos Municípios, facilitando assim o processo de privatização, toma como referência os debates internacionais. Mas sabemos das consequências que isso traz para o nosso país. É mais do que imoral, como bem disse o Deputado Paulo Tadeu.

É mais do que imoral construir um metro para o qual desde o início de sua construção, no primeiro Governo Roriz, já se sabia, ao se fazerem estudos de cenários, que pelo menos em um primeiro momento, não haveria demanda. O Partido dos Trabalhadores denunciou isso naquele momento, antes da construção, durante o debate técnico, por meio de entidades que dirigíamos, como o Sindicato dos Arquitetos. Lembro-me muito bem de que participei de vários debates entre o Sindicato e o Governo da época para discutir a viabilidade do metro. E eles argumentavam que o metro era rentável. Diziam que em quatro anos, quando o metro estivesse concluído, já teria demanda suficiente. Agora, dez anos depois, eles argumentam que não há demanda. Esse é um argumento furado, imoral, pois eles estão passando o metro para a iniciativa privada, e iniciativa



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	54
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

privada nenhuma pega barco furado. Nenhum empresário pega barco furado. Nenhum empresário pega uma empresa que não vai dar lucros. Na verdade, eles sabem que o metro vai dar lucros. Sabem que debaixo da terra de Brasília estão investidos mais de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), e esse R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) é valor real para quem tem condições de dirigir todos os procedimentos técnicos para que o Metro continue funcionando. Com certeza, esses empresários vão ser agraciados e beneficiados com o suado um bilhão de reais, que saíram do nosso bolso e não irão pagar esse valor aos cofres públicos do Distrito Federal.

Essa é a grande imoralidade e perversidade. O Sr. Joaquim Roriz sabia, quando começou a construir o metro, que iria chegar o momento de repassá-lo à iniciativa privada. S.Exa. já o construiu pensando em doá-lo, pensando em agraciar aqueles que sempre foram beneficiados nesta nossa sociedade. É por isso que denunciaremos esse processo. É por isso que lutaremos para revertê-lo, pois ele é imoral, escandaloso, atenta contra os cofres públicos e contra a inteligência do povo de Brasília, que é um povo inteligente.

Temos certeza de que, com a luta de vocês, com esse fogo que arde dentro de vocês que é o fogo da defesa do Estado, do setor público como uma alavanca da mudança social, iremos ganhar corações e mentes da nossa cidade e do nosso povo para reverter esse quadro, que é mais um dos descalabros do Governo Joaquim Roriz, o qual teremos o prazer de combater e derrotar. Este é um bom combate. Um combate justo.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	56 ORDINÁRIA/COM. GERAL	55
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Parabéns, Sra. Presidente, e a todos aqueles que subscreveram esta Comissão Geral, principalmente a vocês que, com o ardor, colocaram-nos como catalisadores de um grande processo de combate às políticas neoliberais no Distrito Federal. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Ouviremos o último inscrito, Deputado Renato Rainha. Em seguida, abriremos aos que se encontram no plenário.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sra. Presidente, Deputada Lúcia Carvalho, na pessoa de quem eu gostaria de saudar todos os componentes da Mesa Diretora para abreviar o tempo, companheiras e companheiros **metroviários**, senhoras e senhores que aqui participam, sindicalistas, eu gostaria de iniciar a minha fala, que será objetiva e direta, dizendo que os senhores e as senhoras que aqui estão e a sociedade do Distrito Federal, que será a maior prejudicada com a privatização, podem contar com meu voto contrário a esse projeto pecaminoso que chegou à Câmara Legislativa.

Sei que não é perda de tempo, que os senhores e as senhoras já conhecem o teor do projeto, mas eu gostaria de lê-lo novamente, já que é apenas um artigo, ou melhor, um parágrafo dentro de um outro artigo.

Vejam os senhores como eles querem fazer a privatização do Metro. O art. 1º da Lei nº 513, fica acrescido dos § 5º: "O Metro poderá delegar à pessoa jurídica ou a consórcio de **empresas**, que demonstrem capacidade de desempenho dos serviços metroviários e rodoviários de passageiros em sua área de influência, mediante licitação na modalidade de

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL 57	56
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

concorrência, por meio de concessão, pelo prazo de 25 anos, obedecidas as condições regulamentares necessárias à prestação do adequado serviço."

Quem os senhores acham que se habilitará dentro das exigências que serão estabelecidas nessa concorrência se, por um acaso, esse malfadado processo for aprovado nesta Casa?

Há somente um jeito de esse processo não passar por esta Casa. Estou dizendo isso porque conheço a história desta Casa. Eu sei o que ocorre quando o Poder Executivo determina que se aprove uma matéria. Infelizmente, o meu voto contrário e o dos Parlamentares que aqui estiverem, da Deputada Lúcia Carvalho e dos outros que se pronunciaram anteriormente, não são suficientes para aprovar ou desaprovar um projeto. Já vimos projetos do Governo serem aprovados nesta Casa, sem nem ao menos terem sido lidos por Deputados Governistas. Eu provo o que estou dizendo.

Temos que trazer a população para cá, mobilizando a sociedade, conscientizando-a sobre esse crime que o Governo do Distrito Federal está querendo fazer com o patrimônio, não apenas do cidadão de Brasília, mas de todo o país. Gastamos com o Metro mais de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) e agora querem dá-lo quase que de graça para grupos econômicos explorarem. Muito bem disse o Deputado Chico Floresta que me antecedeu: será que esses grupos econômicos iriam aceitar o Metro se ele desse prejuízo? Será que algum grupo econômico ou consórcio de empresas resolveu ou vai resolver participar da licitação dizendo o seguinte: "Realmente, o Metro dá prejuízo, mas quero contribuir

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	57
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

para que a população tenha um transporte de melhor qualidade, porque, realmente, estou muito preocupado com o meu semelhante, que está sendo transportado em condições ruins". Será que alguém vai fazer isso? Será que alguém entra porque sabe que é altamente rentável, bem administrado? E ninguém administra melhor o Metro do que os servidores de carreira, que estão preparados, que entraram por meio de uma seleção rígida, que têm compromisso com a sua instituição.

Além disso, eles acham que a sociedade de Brasília não tem a capacidade de raciocinar e preparam um documento - não sei se os senhores ou as senhoras já tiveram a oportunidade de vê-lo -, que, na primeira leitura, começamos a rir e, na segunda, sentimos raiva. Na primeira começamos a rir, porque, realmente, pensam que somos muito ingênuos, mas quem está escrevendo isso é que é ingênuo de achar que está enganando alguém.

Por que conceder? O primeiro item diz o seguinte: "Cumprimento do protocolo, de acordo com o Governo Federal, firmado em 2 de setembro de 1997, pelo então Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque." Quero aqui condenar esse convênio assinado naquela época, como condenei. Agora, será que o atual Governo, será que o Sr. Joaquim Domingos Roriz está fazendo isso por ser amigo do Sr. Cristovam Buarque? Por ele achar que as ações do Sr. Cristovam Buarque são ótimas e que ele vai acatar por esse convênio ter sido assinado?

Sabemos que esse Governo desfez inclusive as boas ações feitas no Governo Cristovam Buarque. Está aí a bolsa-escola, que foi



Data	Horário início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	5ª ORDINÁRIA/COM. GERAL	58

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

desfeita. Ele vai, por acaso, cumprir só porque foi assinado este convênio, e denuncia o convênio? Está aí o instrumento da denúncia do convênio.

A segunda **questão** é a que, no propósito do acordo, na segunda página, está escrito o seguinte: "Implementar programa de reformas, que inclui concessões de serviços públicos ao setor privado e redução de despesas com pessoal." Como se **reduz** despesa com pessoal? **Demitindo**, exonerando. Mas são ingênuos aqueles que pensam que somos ingênuos, que aqui na frente dizem o seguinte, ainda fundamentando a privatização: "A operação do Metro pelo seíor privado criará novos empregos, sendo que as estimativas correntes prevêem, no mínimo, quintuplicar o número de postos de trabalho". É tão ingênuo que não vale a pena nem um contraditório com relação ao que está aqui colocado.

E, por **final**, poderíamos aqui estar falando muito, e vamos falar no momento **certo**, na oportunidade certa, mas quero apenas ler mais um fundamento: "Esclarecimento sobre o processo de concessão do património." Deputada Lúcia Carvalho, observe até que ponto eles estão pensando que somos **ingênuos**: "Os investimentos realizados pelo concessionário, no sistema, reverterão para o Poder Público, ao final da concessão, aumentando o património do Poder Público."

Realmente é muita ingenuidade pensar que a sociedade é **ingênuo**. E agora temos que ser competentes. Nós precisamos levar até a opinião pública, para os cidadãos do Distrito Federal, esse crime que o GDF está querendo **cometer** contra a população de Brasília e do País, com essa privatização, com essa entrega do metro à iniciativa privada.

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	faC)	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL		59
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)		

E aí a imprensa tem um papel fundamental de **pressão** sobre esta **Casa**, porque há dez dias vivemos o episódio da denúncia de corrupção de um Parlamentar possivelmente envolvido na mudança de destinação de área. Se a imprensa não pressionasse esta Casa, o requerimento estaria arquivado na Comissão de Ética até hoje. Foram dez dias em que a imprensa pautou essa matéria e **exigiu**, juntamente com a opinião pública e com os Deputados que têm compromisso com a ética, que o requerimento fosse votado em plenário. E ontem só o votamos em virtude da pressão havida. Seremos inteligentes. Somos inteligentes. Tenho certeza - e isso não é idealismo - de que o bem sempre vence o mal, e mostraremos a eles que somos mais inteligentes que eles. **Certamente**, o bem vencerá o mal e vamos arrebentar com esse projeto quando ele tramitar aqui na Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Deputado Renato Rainha, muito obrigada.

Como eu havia falado, alguns companheiros viajarão ainda hoje, têm vôo marcado, e irão se retirar. Peço aos demais que esperem um pouco mais, pois ainda há um companheiro inscrito.

Agradeço aos companheiros que vieram de Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Recife. Estou com o endereço de todos eles. Penso que é isto que temos de fazer, temos de chegar à população por intermédio dos veículos de comunicação, dando o nosso grito. O nosso muito obrigado pela presença. Certamente realizaremos outros encontros. Desejo que vocês façam uma boa viagem de volta. Nós, de Brasília,

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	60
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

esperamos que vocês voltem em breve para nos dar essa força tão necessária.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Deputada Lúcia Carvalho, para complementar suas palavras, eu gostaria de agradecer aos companheiros que neste momento estão nos arregimentando e nos preparando para essa luta, que não é fácil. Para que todos tenham idéia, estamos falando de R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais). É uma grande quantidade de dinheiro e o Estado está literalmente endividado. Trata-se de um projeto de extrema relevância, que hoje está sendo tratado de maneira muito irresponsável.

Eu gostaria de agradecer enormemente a contribuição dos companheiros à sociedade de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Concedo a palavra ao Sr. Geismar Rosa dos Santos, que é representante do fórum das estatais.

SR. GEISMAR ROSA DOS SANTOS - Exma. Sra. Presidente desta sessão e senhores aqui presentes, sou Secretário de Imprensa e Comunicação do Sindágua. Estamos juntos com os companheiros nessa questão do fórum em defesas estatais.

Lembrando algumas palavras do Deputado Renato Rainha, S.Exa. mencionou o fato da necessidade de sermos competentes neste momento. E competentes a partir do momento em que dois milhões de habitantes bebem água diariamente, usam energia elétrica diariamente,



Data	Horário Início	Sessão /Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM, GERAL	61
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

usam o serviço de transporte público coletivo e **consomem**, de alguma maneira, os serviços do Banco de Brasília. Vários deles - duzentos mil - fazem a base da Central Única dos Trabalhadores. Vários **estão** congregados e organizados nas associações de moradores e nos grêmios estudantis, são estudantes das escolas públicas do Distrito Federal. O Fórum das Estatais está visando levar as informações não só do que foi tratado **aqui**, mas também do que está sendo preparado e será publicado a partir de maio em um jornal, panfleto ou nota e será entregue à sociedade do Distrito Federal, em suas **casas**, para uma leitura mais demorada para que ela possa se **conscientizar**.

Existe também a possibilidade de que seja veiculado na televisão. Isso basta? Não. O entendimento do Fórum das Estatais é que tenhamos, em nome da sociedade, de defender os direitos dela que são, por exemplo, o de não aceitar que um governo admita o que está acontecendo aqui no Distrito Federal, em troca de 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), nos termos de um acordo firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que se faça a concessão do Metro, se privatize a **Caesb**, BRB e CEB, além do processo de privatização já implementado da TCB e de outros mais que estão vindo por aí ou que já estejam sendo efetivados.

Ou **seja**, imaginem os senhores, 1,3 bilhões de reais é o custo do metro; 130.000.000,00 (cento e trinta milhões) - 10% - essa é a exigência que o Banco Interamericano fez ao Presidente Fernando Henrique e

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	62
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

finalmente ao Governo Roriz para que esse dinheiro seja dado em troca da privatização de tudo isso.

Ora, quanto custa a Caesb? Quanto custa cada rede e cada motor e quais são os sistemas elétricos existentes no Distrito Federal? Nós já temos o metro e estima-se que a Caesb custa em torno de 2,7 bilhões de reais. Então, pode-se dizer que a CEB custaria um valor desses aí, e em vinte e cinco anos tudo virara sucata.

Nós temos de ter a competência para fazer a população entender que esse dinheiro é retirado dela e é retirado duas vezes. Uma vez para pagar o custo e outra como está denunciado aqui. O metro, cuja tarifa custava 0,35 (trinta e cinco centavos), passou a custar um real no Rio de Janeiro - subsídios e mais subsídios.

Então, existe a questão técnica e há uma denúncia. É também função do Fórum se manifestar, porque ouvi várias vezes reclamarmos dos outros 32 ouvidos que não estiveram aqui. Ora, quatorze ouvidos estiveram aqui e dois outros ouvidos vão nos dar atenção de imediato.

Creio que pelo menos uns dez ouvidos de cinco Deputados que não estiveram aqui vão começar a ouvir parcialmente. Como vão ouvir isso? Atingindo os quatrocentos mil ouvidos e olhos dos duzentos mil trabalhadores que compõem a base da CUT e daqueles quatro milhões de ouvidos e de olhos que usam energia elétrica no Distrito Federal, água, serviços públicos de transportes e bancários e que também pagam esta conta.

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	63
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

É por esse caminho que vamos verificar a competência. Isso basta? Não. Nós, em nome do Sindicato, fizemos quatro greves contra o Governo Roriz e três delas foram basicamente para garantir empregos. Conseguimos plenamente, mas quase o Governo Roriz aleatoriamente não tem como legalmente implantar cem por cento um plano de demissão de massa na Caesb porque está no acordo coletivo.

Ou seja, não consegue demitir trabalhador que tenha produção, não direi nem produtividade, porque esse é argumento de direita e produtividade, é um argumento do patrão, mas, se ele quiser demitir alguém sem que comprove justa causa, não demitirá por quê? Porque tomamos as ruas, tomamos a empresa e fizemos greve. Greve, exatamente como esta que vocês estão fazendo agora. Vocês estão antevendo, como nós antevimos na Caesb, que o Governo iria demitir se não tivéssemos feito greve, denúncia, justiça, mobilização dos três Poderes. E é isso que o Fórum tem que fazer, e nós temos que nos unir! Se aqui, companheiros, há 16 Deputados de Governo, 7 Deputados de Oposição e um que às vezes está de um lado ou do outro, não há como medir a opinião pública, porque a opinião pública votou em 48% em uma e 52% em outra proposta do Governo. Os partidos políticos, associações de moradores, escolas, grêmios estudantis, sindicatos, Central dos Trabalhadores, confederações e a imprensa que querem ter o mínimo de parcialidade, têm de passar essa imagem para a população. Esse é o principal desafio do Fórum, e temos que estar preparados.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	64
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Agradeço a presença de todos. Parabéns pela organização, aos sindicalistas e, principalmente, aos companheiros que estão aqui.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Concedo a palavra ao Osmildo Francisco de Souza, Agente de Segurança, solicitando que se restrinja ao tempo de cinco minutos.

Se alguém mais desejar fazer uso da palavra, solicito que faça a inscrição. Caso contrário, faremos o encerramento dessa Comissão, lembrando ao nosso companheiro Cristionário que há um ônibus que sairá daqui direto para a Delegacia, no sentido de apoiar o companheiro Jean Paulo que ainda está detido e que precisa do apoio de todos os colegas.

SR. OSMILDO FRANCISCO DE SOUZA - Sras. e Srs. membros da Mesa, Srs. Deputados, senhores companheiros, tudo que foi falado aqui foi dirigido ao futuro, mas eu gostaria de denunciar que hoje nós já estamos perdendo a qualidade do metro.

Segundo o procedimento, eu trabalharia junto com um parceiro, que teve um treinamento igual ao meu, de mais ou menos três meses, e hoje eu estou trabalhando com uma pessoa, que estaria do meu lado para me proteger, mas que teve um treinamento de uma semana. Isso me deixa indignado, porque estão passando por cima de procedimentos -; não querendo tirar o mérito dos Vigilantes, porque eles são treinados para Vigilantes, e não para Agente de Segurança Metroviário. Eles são ótimos funcionários, mas como funcionários do Metro, que é uma profissão

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	ORDINÁRIA/COM. GERAL	65
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

totalmente diferente da de um policial militar, que sabe como proteger o pessoal na rua.

Eu fico preocupado, e faço essa denúncia aqui, perante os senhores.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LÚCIA CARVALHO) - Antes de encerrarmos esta Comissão Geral, eu gostaria de dizer a todos vocês que, desde que o Metro começou a funcionar, inclusive de forma experimental, ele está dentro da minha casa, porque a minha filha, Eriça Alessandra, é concursada do Metro, é Agente de Estação. Então, todos os problemas, todas as preocupações e as discussões do Sindicato sempre estiveram presentes no meu cotidiano.

É preciso destacar a falta de segurança no aspecto do treinamento, a que o companheiro acaba de se referir, mas também a falta de segurança das vias de acesso. O Metro não possui vias de acesso nas suas laterais. Em caso de acidente, tem que haver como encostar o carro do Corpo de Bombeiros e veículos de segurança. Isso não existe.

Há um projeto, de minha autoria nesta Casa, exigindo que, para o funcionamento do metro, estabeleçam-se mecanismos de segurança, para que, ocorrendo um fato grave, a população possa ser socorrida imediatamente.

Eu conheço o sofrimento, as inúmeras inaugurações pelas quais já passaram o metro, e a vergonha pelas quais vocês já passaram inúmeras vezes. Há momentos, inclusive, em que se tem que cumprir horário, sem ter



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	6A ORDINÁRIA/COM. GERAL	66
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

atividade a ser realizada; depois, atividade a ser realizada sem que de fato se tenha plenas condições de operacionalização.

Por todo o sofrimento, humilhação e instabilidade do emprego que vocês passam neste momento, contem com a nossa solidariedade. A bancada do PT não só votará contra, mas, também, tentará obstruir a votação dessa autorização que entrega à iniciativa privada a vida de vocês, a vida da população do Distrito Federal e os nossos um bilhão e trezentos milhões de reais que foram aplicados no metro.

A qualidade do metro é boa, mas a maneira como ele está sendo conduzido, não pelos servidores, mas por aqueles que detêm hoje o Governo do Distrito Federal, traz o caos para esta cidade, é um assalto aos nossos bolsos. Portanto, é uma tarefa de vocês conscientizar a população.

Parabéns pela vinda a esta Casa e até o próximo encontro, que, com certeza, faremos.

Companheiros Mário, Tânia e todos os trabalhadores metroviários, o meu gabinete e o do Deputado Wasny de Roure estão abertos a vocês. Procurem-nos, denunciem e façam com que fiquemos atentos para que este projeto não chegue de sobreaviso.

A presença de vocês na galeria, o protesto e a interlocução de vocês com a sociedade fará com que não permitamos esse atrevimento que se faz hoje contra a nossa dignidade.

Obrigada, boa-noite a todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Comissão Geral,



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /04/ 01	15h40min	68 ORDINÁRIA/COM. GERAL	67

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

(Levanta-se a reunião às 18h23min.)